

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DOS
PAÍSES BAIXOS DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E
PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTO
SOBRE A RENDA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino dos Países Baixos,

Desejando concluir uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda,

Acordam o seguinte

C A P Í T U L O I
Abrangência da Convenção

ARTIGO 1
Pessoas Visadas

Esta Convenção aplica-se a pessoas que são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 2
Impostos Visados

1. Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre a renda estabelecidos por um dos Estados Contratantes, independentemente da maneira pelo qual se efetua a respectiva cobrança.

2. Os impostos atuais aos quais se aplica a Convenção são:

a) no caso do Brasil:

- o imposto federal sobre a renda, excluídos o imposto suplementar de renda e o imposto sobre atividades de menor importância,
(doravante designado "imposto brasileiro");

b) no caso da Holanda:

- o imposto de renda;
- o imposto sobre salários;
- o imposto sobre sociedades, inclusive a participação do Governo nos lucros líquidos da exploração de recursos naturais, cobrada conforme o Mijnwet 1810 (Lei de Mineração, de 1980) relativamente a concessões feitas a partir de 1967, ou conforme o Mijnwet Continental Plat 1965 (Lei de Mineração na Plataforma Continental do Reino dos Países Baixos de 1965);
- o imposto sobre dividendos
(doravante designados como "imposto holandês").

3. A Convenção aplica-se também a quaisquer impostos idênticos ou substancialmente semelhantes que forem estabelecidos após a data de sua assinatura, adicionalmente ou em substituição aos impostos mencionados no parágrafo 2. As autoridades competentes dos Estados Contratantes notificar-se-ão mutuamente sobre quaisquer modificações substanciais que ocorram em suas respectivas legislações tributárias.

C A P Í T U L O I I

Definições

ARTIGO 3

Definições Gerais

1. Para os efeitos desta Convenção, a menos que o seu contexto imponha interpretação diversa:

- a) a expressão "Estado Contratante" designa o Brasil ou a Holanda, conforme requeira o contexto; a expressão "Estados Contratantes" designa o Brasil e a Holanda;
- b) o termo "Brasil" significa o território continental e insular da República Federativa do Brasil, incluindo seu mar territorial, tal como definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e os correspondentes leito do mar e subsolo, assim como qualquer área marítima além do mar territorial, incluindo o leito do mar e o subsolo, na medida em que nessa área o Brasil, de conformidade com o Direito Internacional, exerce direitos em relação à exploração e ao aproveitamento dos recursos naturais;

- c) o termo "Holanda" designa a parte do Reino dos Países Baixos situada na Europa, incluindo a parte do leito do mar e seu subsolo sob o Mar do Norte, na medida em que tal área, conforme o direito internacional, tenha sido ou, doravante, nos termos da legislação holandesa, possa ser designada como área sobre a qual a Holanda possa exercer certos direitos a respeito da exploração e exportação dos recursos naturais do leito do mar ou do seu subsolo;
- d) o termo "nacionais" designa:
- 1) todas as pessoas físicas que possuam a nacionalidade de um Estado Contratante;
 - 2) todas as pessoas jurídicas, sociedades de pessoas e associações constituídas de acordo com as leis em vigor em um Estado Contratante;
- e) o termo "pessoa" compreende uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas;
- f) o termo "sociedade" designa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade que, para fins tributários, seja considerada como pessoa jurídica;
- g) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" designam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- h) a expressão "tráfego internacional" designa qualquer transporte efetuado por navio ou aeronave explorados por uma empresa cuja sede de direção efetiva esteja situada em um Estado Contratante, exceto quando o navio ou a aeronave sejam explorados apenas entre locais situados no outro Estado Contratante;
- i) o termo "imposto" designa o imposto brasileiro ou o imposto holandês, consoante o contexto;
- j) a expressão "autoridade competente" designa:
- 1) no Brasil: o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;
 - 2) na Holanda: o Ministro das Finanças ou seu representante devidamente autorizado.

2. Para a aplicação desta Convenção por um Estado Contratante, qualquer expressão que nela não esteja definida terá o significado que lhe é atribuído pela legislação desse Estado, relativamente aos impostos aos quais se aplica a Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diversa.

ARTIGO 4

Residente

1. Para os fins desta Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" designa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, esteja aí sujeita a imposto em razão do seu domicílio, residência, sede de direção ou qualquer outro critério de natureza análoga.

2. Quando, por força do que dispõe o parágrafo 1, uma pessoa física for residente de ambos os Estados Contratantes, sua situação será assim determinada:

- a) será considerada residente do Estado em que disponha de moradia permanente; se dispuser de moradia permanente em ambos os Estados, será considerada residente do Estado com o qual suas relações pessoais e econômicas forem mais estreitas (centro de interesses vitais);
- b) se o Estado no qual tiver o seu centro de interesses vitais não puder ser determinado, ou se não dispuser de moradia permanente em um ou outro Estado, será considerada residente do Estado em que permanecer habitualmente;
- c) se permanecer habitualmente em ambos os Estados, ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerado residente do Estado de que for nacional;
- d) se for nacional de ambos os Estados ou se não o for de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, por força do disposto no parágrafo 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa física, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado no qual estiver situada a sua sede de direção efetiva.

ARTIGO 5

Estabelecimento Permanente

1. Para os efeitos desta Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios em que a empresa exerça toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" abrange especialmente:

- a) uma sede de direção;
- b) uma sucursal;
- c) um escritório;
- d) uma fábrica;
- e) uma oficina;
- f) uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira, ou qualquer outro local de extração de recursos naturais.

3. Um canteiro de edificação, uma construção, um projeto em montagem ou instalação, constituem um estabelecimento permanente apenas se tiverem duração superior a seis meses.

4. Não obstante o que dispõe este artigo nos parágrafos precedentes, a expressão "estabelecimento permanente" não compreende:

- a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega;
- c) a manutenção de estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por outra empresa;
- d) a manutenção de uma instaladora fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias, ou obter informações para a empresa;
- e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de levar a cabo qualquer outra atividade de caráter preparatório ou auxiliar para a empresa.

5. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2, quando uma pessoa - desde que não seja um agente independente de que trata o parágrafo 7 - agir num Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante, e se tiver, e exercer habitualmente, no primeiro Estado Contratante, poderes para celebrar contratos em nome da empresa, considera-se que esta empresa possui estabelecimento permanente naquele Estado primeiramente mencionado relativamente a quaisquer atividades exercidas por aquela pessoa, no interesse da empresa; a menos que tais atividades se limitem àsquelas mencionadas no parágrafo 4, as quais, se exercidas por meio de uma instalação fixa de negócios, não transformariam esta instalação fixa de negócios, conforme dispõe aquele parágrafo, num estabelecimento permanente.

6. Não obstante o que dispõe este artigo nos parágrafos anteriores, considera-se que exceto nos casos de resseguros, uma empresa seguradora de um Estado Contratante tem, estabelecimento permanente no outro Estado Contratante se ela cobrar prêmios no território daquele outro Estado, ou se segurar riscos, ali situados, por intermédio de pessoa diversa do agente independente de que trata o parágrafo 7.

7. Não se considera que uma empresa de um Estado Contratante possui estabelecimento permanente no outro Estado Contratante apenas pelo fato de realizar negócios, naquele outro Estado, por intermédio de corretor, comissário geral ou qualquer outro agente de situação independente, desde que tais pessoas atuem no âmbito de suas atividades normais.

8. O fato de uma sociedade residente de num Estado Contratante controlar ou se controlada por sociedade residente no outro Estado Contratante, ou exercer suas atividades naquele outro Estado (quer por meio de um estabelecimento permanente, ou por outro modo), não será, por si só, bastante para fazer de uma dessas sociedades estabelecimento permanente da outra.

C A P Í T U L O I I I Tributação de Rendimentos

ARTIGO 6 Rendimentos de Bens Imobiliários

1. Os rendimentos obtidos por residente de um Estado Contratante provenientes de bens imobiliários (inclusive rendimentos provenientes da exploração agrícola ou florestal) situados no outro Estado Contratante, podem ser tributados neste outro Estado.

2. A expressão "bens imobiliários" tem o sentido dado pela legislação do Estado Contratante em que os bens em questão estiverem situados. A expressão abrange, em qualquer caso, a propriedade acessória à propriedade imóvel, o gado e o equipamento utilizado na exploração agrícola e florestal, os direitos aos quais se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade territorial, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a pagamentos variáveis ou fixos pela exploração ou pela concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais. Os navios e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos derivados da exploração direta, do arrendamento ou de qualquer outra forma de exploração dos bens imobiliários.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos de bens imobiliários utilizados para o exercício de profissão liberal.

ARTIGO 7

Lucros das Empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só são tributáveis nesse Estado; a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante, por meio de um estabelecimento permanente ali situado. Se a empresa exerce suas atividades na forma indicada, seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem atribuíveis àquele estabelecimento permanente.

2. Ressalvado o disposto no parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente ali situado, serão atribuídos, a esse estabelecimento permanente, em cada Estado Contratante, os lucros que obteria se fosse uma empresa distinta e separada, exercendo atividades iguais ou similares, sob condições iguais ou similares e transacionando com absoluta independência com a empresa da qual é estabelecimento permanente.

3. Na determinação dos lucros de um estabelecimento permanente, é permitido deduzir as despesas incorridas para a consecução dos seus objetivos, inclusive as despesas de direção e os encargos gerais de administração assim realizados.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo simples fato de comprar bens ou mercadorias para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem elementos de rendimentos disciplinados separadamente em outros artigos desta Convenção, o disposto em tais artigos não é prejudicado pelo que dispõe este artigo.

ARTIGO 8

Navegação Marítima e Aérea

1. Os lucros provenientes da exploração, no tráfego internacional, de navios ou aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

2. Se a sede da direção efetiva da empresa estiver situada a bordo de um navio considera-se situada no Estado Contratante em que for matriculado o navio ou, não havendo matrícula, no Estado Contratante em que residir o armador do navio.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos lucros provenientes da participação em um "pool", uma associação ou em uma agência de operação internacional.

ARTIGO 9

Empresas Associadas

Quando:

a) uma empresa de um Estado Contratante participa direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa de outro Estado Contratante, ou

b) as mesmas pessoas participam direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em ambos os casos, as duas empresas estão ligadas, nas suas relações comerciais ou financeiras, por condições aceitas ou impostas que difiram das que se estabeleceriam entre empresas independentes, os lucros que, na ausência dessas condições, teriam sido obtidos por uma dessas empresas, mas que não o foram devido a tais condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa, e como tais tributados.

ARTIGO 10

Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente em um Estado Contratante a um residente no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante onde reside a sociedade que os paga, e nos termos da lei desse Estado; mas, se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos dividendos, o imposto assim incidente não poderá exceder 15% (quinze por cento) do montante bruto dos dividendos. O disposto neste parágrafo não prejudica a tributação da sociedade, no que diz respeito aos lucros dos quais se originaram os dividendos pagos.

3. O termo "dividendos", empregado no presente artigo, designa os rendimentos provenientes de ações ou direitos de fruição; ações de empresas mineradoras; partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros, com exceção de créditos, bem como rendimentos de outras participações de capital assemelhados aos rendimentos de ações pela legislação tributária do Estado em que reside a sociedade que realiza a distribuição.

4. Não se aplica o disposto nos parágrafos 1 e 2 se o beneficiário dos dividendos, residente em um Estado Contratante, realiza negócios no outro Estado Contratante em que reside a sociedade que paga os dividendos, por intermédio de estabelecimento permanente ali situado, e se a participação, em virtude da qual os dividendos são pagos, se relaciona efetivamente ao estabelecimento permanente. Nesse caso aplica-se o disposto no Artigo 7.

5. Quando um residente em um Estado Contratante tiver um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante, este estabelecimento permanente pode estar, ali, sujeito a imposto retido na fonte, nos termos da legislação daquele Estado. Todavia, tal imposto não excederá 15% (quinze por cento) do montante bruto dos lucros do estabelecimento permanente, apurado após o pagamento do imposto de renda de sociedades, incidente sobre aqueles lucros.

6. Quando uma sociedade residente em um Estado Contratante recebe lucros ou rendimentos do outro Estado Contratante, esse outro Estado Contratante não poderá cobrar qualquer imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto se tais dividendos forem pagos a residente desse outro Estado, ou se a participação em virtude da qual os dividendos são pagos, relacionar-se efetivamente a um estabelecimento permanente situado nesse outro Estado; nem poderá sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a imposto sobre lucros não distribuídos, ainda que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, no total ou parcialmente, de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

7. As limitações de alíquota do imposto previstas nos parágrafos 2 e 5 não se aplicam aos dividendos ou lucros pagos antes do final do primeiro ano calendário seguinte ao ano de assinatura desta Convenção.

ARTIGO 11

Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem ser também tributados no Estado de que provêm e nos termos das leis desse Estado; mas se quem os receber for o beneficiário efetivo dos juros, o imposto assim incidente não poderá exceder:

a) 10% (dez por cento) do montante bruto dos juros, se quem os receber for um banco e se o empréstimo for concedido por um prazo mínimo de 7 anos e relacionado com a compra de equipamento industrial, com estudo, compra ou instalação de unidades industriais ou científicas, o bem como com o financiamento de obras públicas;

b) 15% (quinze por cento) do montante bruto dos juros, nos demais casos.

3. Não obstante o que dispõem os parágrafos 1 e 2, os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo do outro Estado Contratante a uma sua subdivisão política, ou a qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) pertencente àquele Governo ou subdivisão política, são isentos do imposto no primeiro Estado.

4. O termo "juros" empregado neste Artigo designa os rendimentos de títulos da dívida pública; de títulos ou debêntures, com ou sem garantia hipotecária e com ou sem direito a participação em lucros, e de créditos de qualquer natureza, bem como qualquer outro rendimento que, nos termos da lei tributária do Estado Contratante de que provenha, se assemelhe aos rendimentos do empréstimo.

5. Não se aplica o disposto nos parágrafos 1 e 2 se o beneficiário efetivo dos juros, residente em um Estado Contratante, realizar negócios no outro Estado Contratante de onde provêm os juros, por intermédio de um estabelecimento permanente ali situado, e se a dívida, em virtude da qual os juros são pagos, se relacionar efetivamente ao estabelecimento permanente. Nesse caso, aplica-se o disposto no Artigo 7.

6. A limitação de alíquota do imposto prevista no parágrafo 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante, pagos a estabelecimento permanente de empresa do outro Estado Contratante, situado em terceiro Estado.

7. Consideram-se provenientes de um Estado Contratante os juros pagos por esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma autoridade local ou um residente desse Estado. Todavia, se o devedor dos juros, residente em um Estado Contratante ou não, tiver num Estado Contratante estabelecimento permanente pelo qual tenha sido contraída a obrigação que dá origem aos juros, e estes são pagos por esse estabelecimento permanente, tais juros consideram-se provenientes do Estado em que o estabelecimento permanente estiver situado.

8. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo, ou entre ambos e terceiros, o montante dos juros, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o que teria sido acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, o disposto neste Artigo só se aplica a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos é tributável nos termos das leis de cada Estado Contratante, observadas as demais disposições desta Convenção.

ARTIGO 12

"Royalties"

1. Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses "royalties" podem ser também tributados no Estado Contratante de que provêm, e nos termos da lei desse Estado; mas se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos "royalties", o imposto incidente não poderá exceder a:

a) 25% (vinte e cinco por cento) do montante bruto dos "royalties" provenientes do uso ou do direito de usar marcas de indústria ou de comércio;

b) 15% (quinze por cento) do montante bruto dos "royalties", nos demais casos.

3. O termo "royalties", empregado neste Artigo, designa pagamentos de qualquer natureza efetuados em contrapartida pelo uso ou pelo direito ao uso de direitos autorais sobre obra literária, artística ou científica (inclusive filmes cinematográficos, filmes ou fitas para transmissão de rádio ou televisão); sobre qualquer patente, marca de indústria ou de comércio, desenho ou modelo, plano, fórmula ou processo secretos; ou pelo uso ou pelo direito ao uso de equipamento industrial, comercial ou científico; ou pela informação relativa à experiência industrial, comercial ou científica.

4. Não se aplica o disposto nos parágrafos 1 e 2 se o beneficiário efetivo dos "royalties", residente em um Estado Contratante, realizar negócios no outro Estado Contratante, de onde provêm os "royalties", por intermédio de um estabelecimento permanente ali situado, e se o direito ou a propriedade, a cujo respeito os "royalties" são pagos, se relacionar efetivamente ao estabelecimento permanente. Nesse caso aplica-se o disposto no Artigo 7.

5. Consideram-se provenientes de um Estado Contratante os "royalties" pagos por esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma autoridade local ou um residente naquele Estado. Todavia, se o devedor dos "royalties", sendo ou não residente em um Estado Contratante, tiver, num Estado Contratante, um estabelecimento permanente em relação ao qual haja sido contraída a obrigação de pagar os "royalties", e caiba a esse estabelecimento permanente a obrigação de fazê-lo, consideram-se tais "royalties" provenientes do Estado em que o estabelecimento permanente estiver situado.

6. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo, ou entre ambos e terceiros, o montante dos "royalties", relativo ao uso, direito ou informação em razão dos quais são pagos, exceder o montante que teria sido acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, o disposto neste Artigo só se aplica a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos é tributável segundo as leis de cada Estado Contratante, observadas as demais disposições desta Convenção.

7. A limitação de alíquotas do imposto prevista no sub-parágrafo b do parágrafo 2, deste Artigo, não se aplica aos "royalties" pagos antes do final do primeiro ano calendário, seguinte ao ano da assinatura desta Convenção, quando pagos a um residente de um Estado Contratante que detenha, direta ou indiretamente, no mínimo cinquenta por cento do capital votante da sociedade que efetua o pagamento dos "royalties".

ARTIGO 13

Ganhos de Capital

1. Os ganhos obtidos por um residente em um Estado Contratante na alienação de bem imobiliário, dos que trata o Artigo 6, situado no outro Estado Contratante, podem ser tributados naquele outro Estado.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bem mobiliário que faça parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possuir no outro Estado Contratante, inclusive os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isoladamente ou com o conjunto da empresa), podem ser tributados naquele outro Estado. Todavia, os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves operados no tráfego internacional, ou da propriedade móvel relacionada à operação de tais navios ou aeronaves, só serão tributados no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

3. Os ganhos provenientes da alienação de qualquer bem diverso daqueles a que se referem os parágrafos 1 e 2 podem ser tributados em ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 14

Profissões Independentes

1. Os rendimentos obtidos por um residente em um Estado Contratante, pelo exercício de profissão liberal ou por outras atividades de natureza independente, só são tributados nesse Estado; a não ser que a remuneração por tais serviços ou atividades seja paga por sociedade residente do outro Estado Contratante, ou caiba a estabelecimento permanente ali situado. Nesse caso, os rendimentos podem ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão "profissão liberal" abrange, em especial, atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educacional ou pedagógico, bem como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

ARTIGO 15

Profissões Dependentes

1. Ressalvado o que dispõem os Artigos 16, 18, 19 e 20, os salários, ordenados e outras remunerações similares, recebidas por um residente em um Estado Contratante em razão de emprego, só são tributáveis nesse Estado, salvo se o emprego for exercido no outro Estado. Nesse caso, a remuneração assim recebida pode ser tributada nesse outro Estado.

2. Não obstante o que dispõe o parágrafo 1, a remuneração recebida por um residente em um Estado Contratante, em razão de emprego exercido no outro Estado Contratante, só é tributada no primeiro se:

- a) o beneficiário permanecer no outro Estado por um período ou períodos que não excedam, no total, a 183 dias no ano fiscal em questão;
- b) a remuneração for paga por um empregador ou em nome de um empregador que não é residente no outro Estado, e
- c) a remuneração não recair sobre estabelecimento permanente que o empregador tenha no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste Artigo, a remuneração recebida por emprego exercido a bordo de navio ou aeronave operada no tráfego internacional pode ser tributada no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

ARTIGO 16.

Remuneração de Diretor

As remunerações de diretores e outros pagamentos regulares recebidos por um residente em um Estado Contratante na condição de membro do conselho de administração ou de qualquer outro conselho de uma sociedade residente no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

ARTIGO 17

Artistas e Atletas

1. Não obstante o disposto nos Artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos por um residente em um Estado Contratante na condição de profissional de espetáculos, tal como um artista de teatro, de cinema, de rádio ou de televisão, ou um músico, ou como um atleta, e em razão de suas atividades pessoais, exercidas no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Quando os rendimentos provenientes de atividades pessoais, exercidas por um profissional de espetáculos ou por um atleta no desempenho de suas funções, não são atribuídos ao próprio profissional de espetáculo ou ao próprio atleta, mas a outra pessoa, aqueles rendimentos podem ser tributados no Estado Contratante em que as atividades do profissional de espetáculos ou do atleta foram exercidas, não obstante o que dispõe os Artigos 7, 14 e 15.

ARTIGO 18

Pensões

1. Ressalvado o que dispõe o parágrafo 2 do Artigo 19, qualquer pensão ou outra remuneração semelhante, paga em razão de emprego pretérito, em montante não superior a US\$ 5,000, durante um ano calendário, e qualquer anuidade ou pensão alimentícia paga a residente de um Estado Contratante, só são tributados nesse Estado. O montante dessa remuneração que exceda o supra-mencionado limite pode também ser tributado no outro Estado Contratante, se for proveniente daquele Estado.

2. O termo "anuidade" designa uma quantia determinada, pagável periodicamente, em prazos determinados, durante a vida ou durante período de tempo específico ou determinável, em decorrência de compromisso de efetuar tais pagamentos em contrapartida a um pleno e adequado valor em dinheiro ou avaliável em dinheiro.

3. Qualquer pagamento, efetuado conforme as disposições de um sistema de seguridade social de um Estado Contratante a um residente no outro Estado Contratante, só é tributável no primeiro Estado.

ARTIGO 19

Pagamentos Governamentais

1. a) As remunerações, exceto pensões, pagas por um Estado Contratante ou uma sua subdivisão política ou autoridade local a uma pessoa física, em decorrência de serviços prestados a esse Estado, subdivisão ou autoridade, só são tributáveis nesse Estado.

b) Todavia, tais remunerações são tributáveis apenas no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse outro Estado, e a pessoa física beneficiária for um residente naquele Estado, que

1) seja nacional daquele Estado, ou

2) não se tenha tornado um residente daquele Estado unicamente com a finalidade de prestar tais serviços.

2. a) Qualquer pensão paga, a uma pessoa física, por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou autoridade local, quer diretamente, quer com recursos de fundos por eles constituídos, em consequência de serviços prestados a esse Estado, subdivisão ou autoridade, só é tributável nesse Estado.

b) Todavia, tal pensão só é tributada no outro Estado Contratante se a pessoa física for um residente e um nacional desse outro Estado.

3. Aplica-se o disposto nos Artigos 15, 16 e 18 às remunerações e pensões pagas em consequência de serviços prestados relativamente a negócios praticados por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou autoridade local.

ARTIGO 20

Professores

1. Os pagamentos recebidos por um professor, que é um residente em um Estado Contratante e que esteja presente temporariamente no outro Estado Contratante por um período máximo de dois anos, com a finalidade de lecionar ou pesquisar em uma universidade, escola ou outro estabelecimento voltado, nesse outro Estado, ao ensino ou pesquisa científica, não é tributado nesse outro Estado, desde que os pagamentos sejam feitos pelo primeiro Estado ou por uma pessoa residente nesse primeiro Estado.

2. O disposto neste Artigo não se aplica a rendimentos relacionados a pesquisa que não seja realizada no interesse público, mas em benefício de pessoa ou pessoas específicas.

ARTIGO 21

Estudantes

Os pagamentos que, receba para fins de manutenção, educação e treinamento, um estudante ou um estagiário que é, ou foi imediatamente antes de visitar um dos Estados Contratantes, um residente no outro Estado, e que está no primeiro Estado apenas com o propósito de educação ou treinamento, não são tributados naquele Estado, desde que esses pagamentos provenham de fontes situadas fora daquele Estado.

ARTIGO 22

Outros Rendimentos

Os rendimentos de um residente em um Estado Contratante, provenientes do outro Estado Contratante e não disciplinados nos Artigos precedentes desta Convenção, podem ser tributados nesse outro Estado.

C A P Í T U L O I V
Eliminação da Dupla Tributação

ARTIGO 23
Eliminação da Dupla Tributação

1. Ao tributar os seus residentes, a Holanda pode incluir na base de cálculo os rendimentos que, nos termos desta Convenção, podem ser tributados no Brasil.

2. Todavia, quando um residente na Holanda receber rendimentos que, nos termos do que dispõem o Artigo 6, o Artigo 7, o parágrafo 4 do Artigo 10, o parágrafo 5 do Artigo 11, o parágrafo 4 do Artigo 12, os parágrafos 1 e 2 do Artigo 13, o Artigo 14, o Artigo 15, o Artigo 16 e o Artigo 19 desta Convenção, podem ser tributados no Brasil e integram a base de cálculo de que trata o parágrafo 1, a Holanda isentará de impostos tais rendimentos, conforme as acima mencionadas disposições desta Convenção, e nos termos das normas relativas à forma de aplicação, inclusive as relativas à compensação de prejuízos, constantes de seus regulamentos internos destinados a evitar a dupla tributação.

3. Além disso, a Holanda permitirá uma dedução do imposto holandês calculado sobre os rendimentos que podem ser tributados no Brasil e de que tratam o parágrafo 2 do Artigo 10, o parágrafo 2 do Artigo 11, o parágrafo 2 do Artigo 12, o parágrafo 3 do Artigo 13, o Artigo 17, o parágrafo 1 do Artigo 18 e o Artigo 22 desta Convenção desde que tais rendimentos sejam incluídos na base de cálculo de que trata o parágrafo 1. O montante dessa dedução será igual ao valor do imposto pago no Brasil sobre aqueles rendimentos, mas não excederá o montante da redução que seria permitida se tais rendimentos fossem os únicos isentos do imposto holandês, nos termos do que dispõe a lei holandesa destinada a evitar a dupla tributação.

4. Para os efeitos do que dispõe o parágrafo 3, o imposto pago no Brasil será considerado:

- a) relativamente aos dividendos de que trata o parágrafo do Artigo 10, 25% (vinte e cinco por cento) de tais dividendos; se forem pagos a uma sociedade holandesa que detenha no mínimo 10% (dez por cento) do capital votante da sociedade brasileira, e 20% (vinte por cento) nos demais casos;
- b) relativamente aos juros de que trata o parágrafo 2 do Artigo 11, 20% (vinte por cento) de tais juros;

c) relativamente aos "royalties" de que trata o subparágrafo b, do parágrafo 2 do Artigo 12, 25% (vinte e cinco por cento) de tais "royalties", se forem pagos a uma sociedade holandesa que detenha, direta ou indiretamente, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital votante de uma sociedade brasileira, desde que não sejam dedutíveis na apuração do lucro tributável da sociedade que efetua o pagamento, e 20% (vinte por cento) nos demais casos.

5. Quando um residente no Brasil receber rendimentos que, nos termos desta Convenção, possam ser tributados na Holanda, o Brasil permitirá, como dedução do imposto de renda dessa pessoa, um valor igual ao imposto de renda pago na Holanda. Todavia, a dedução não será maior do que a parcela do imposto que seria devido antes da inclusão do crédito correspondente aos rendimentos que podem ser tributados na Holanda.

C A P Í T U L O V Disposições Especiais

ARTIGO 24 Não-Discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não estão sujeitos, no outro Estado Contratante, a nenhuma tributação ou obrigação correspondente, diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitos os nacionais desse outro Estado, nas mesmas circunstâncias.

2. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante tiver no outro Estado Contratante não será menos favorável, nesse outro Estado, do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades. Esta norma não será interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder, às pessoas residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais, atribuídos aos seus próprios residentes, em função do estado civil e encargos familiares.

3. As empresas de um Estado Contratante cujo capital, no todo ou em parte, pertença a um ou mais residentes no outro Estado Contratante, ou seja por eles direta ou indiretamente controlado, não estarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a qualquer tributação ou obrigação correspondente, diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

4. O termo "tributação" abrange, neste Artigo, os tributos aos quais se aplica esta Convenção.

ARTIGO 25

Procedimento Amigável

1. Quando um residente em um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um ou por ambos os Estados Contratantes resultem ou possam resultar em tributação em desacordo com o que dispõe esta Convenção, pode, independentemente das medidas previstas pela lei doméstica desses Estados, apresentar o seu caso à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que é um residente. O caso deve ser apresentado dentro de cinco anos contados da data da primeira notificação do ato do qual resulta a tributação em desacordo com as disposições desta Convenção.

2. Se a reclamação se lhe afigurar justificada e não estiver em condições de lhe dar solução satisfatória, a autoridade competente esforçar-se-á por resolver a questão de comum acordo com a autoridade competente do outro Estado Contratante, como o objetivo de evitar a tributação que esteja em desacordo com esta Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver de comum acordo quaisquer dificuldades ou dúvidas relativas à interpretação ou aplicação desta Convenção, inclusive seu Artigo 9.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente, a fim de chegarem a acordo, nos termos dos parágrafos anteriores.

ARTIGO 26

Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes intercambiarão as informações necessárias para aplicar esta Convenção. Todas as informações assim trocadas serão consideradas secretas e tratadas como tal, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (inclusive tribunais) encarregadas do lançamento e cobrança dos impostos visados por esta Convenção ou dos procedimentos referentes à apuração de infração ou da apreciação dos respectivos recursos.

2. O disposto no parágrafo 1 não poderá, em caso algum, ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação de:

- a) adotar medidas administrativas contrárias às leis e às práticas administrativas, suas ou do outro Estado Contratante;
- b) fornecer informações que não possam ser obtidas com base nas leis ou no âmbito normal da prática administrativa, suas ou do outro Estado Contratante;
- c) fornecer informações reveladoras de segredos comerciais, empresariais, industriais ou profissionais, ou processos comerciais, ou informações cuja revelação seja contrária à ordem pública.

ARTIGO 27

Funcionários Diplomáticos e Consulares

Nada na presente Convenção prejudicará os privilégios fiscais dos funcionários diplomáticos ou consulares, decorrentes de regras gerais do direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

C A P Í T U L O VI

Disposições Finais

ARTIGO 28

Entrada em Vigor

1. Esta Convenção será ratificada, e os Instrumentos de Ratificação serão trocados tão logo quanto possível.
2. Esta Convenção entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação, e suas disposições serão aplicadas pela primeira vez:
 - a) com relação aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas ou creditadas a partir de 1º de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte ao da entrada em vigor desta Convenção;
 - b) com relação aos demais impostos de que trata esta Convenção, ao período-base iniciando a partir de 1º de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte ao da entrada em vigor desta Convenção.

Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar esta Convenção após decorrido um período de 5 anos, contados a partir da data da sua entrada em vigor, mediante um aviso escrito de denúncia entregue ao outro Estado Contratante por via diplomática, desde que tal aviso somente seja dado até o trigésimo dia de junho de qualquer ano calendário.

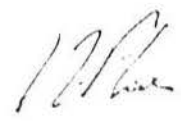
Neste caso, esta Convenção será aplicada pela última vez:

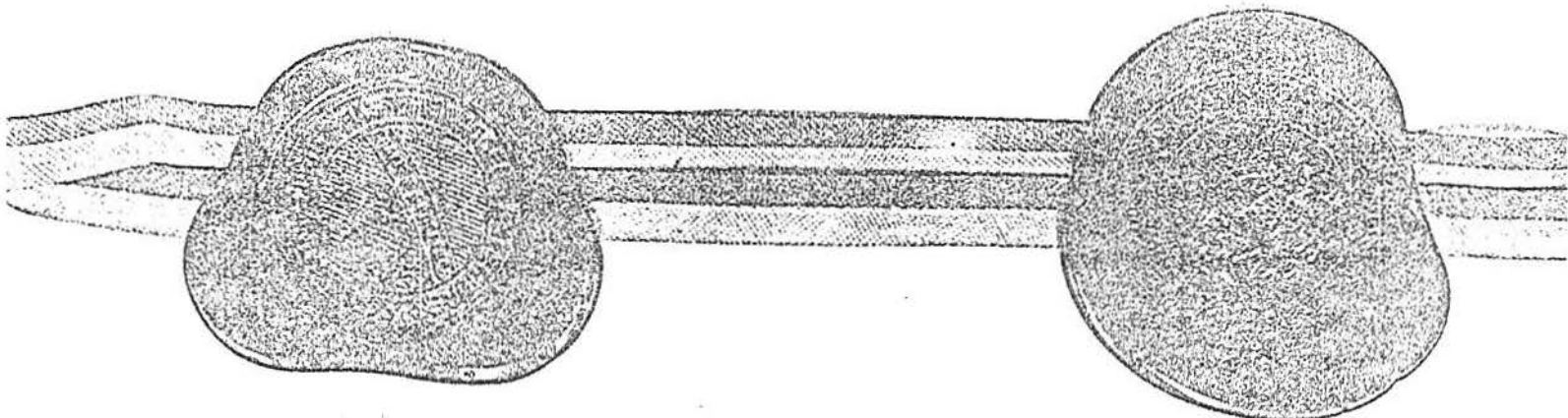
- a) com relação aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas ou creditadas antes do final do ano calendário e que for feita a notificação;
- b) com relação aos demais impostos de que trata esta Convenção, às importâncias recebidas durante o período base iniciado durante o ano calendário em que o aviso de denúncia foi entregue.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, para isso devidamente autorizados, firmaram a presente Convenção e a ela afixaram seus selos.

Feito em *Brasília* aos *08* dias do mês de *março* de 1990 em dois exemplares em português, holandês e inglês, sendo os três textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação prevalecerá o texto em inglês.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:


PELO GOVERNO DO REINO DOS
PAÍSES BAIXOS:



P R O T O C O L O

Por ocasião da assinatura da Convenção entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, os abaixo assinados, para isso devidamente autorizados, convieram nas seguintes disposições, que constituem parte integrante da Convenção.

1. Com referência ao Artigo 7

Fica entendido que se aplica o disposto no parágrafo 3 do Artigo 7 se as despesas ali mencionadas ocorrerem, quer no Estado Contratante em que se situa o estabelecimento permanente, quer em outro local.

2. Com referência aos Artigos 10, 11 e 12

a) Quando ocorrer retenção na fonte, em valor superior ao previsto nos Artigos 10, 11 e 12, os pedidos de restituição do montante do imposto pago em excesso devem ser formulados à autoridade competente do Estado Contratante em que se deu a retenção, no período de até 5 anos contados do final do ano calendário em que se deu a retenção.

b) A autoridade competente de um Estado Contratante pode estabelecer o processo de aplicação dos Artigos 10, 11 e 12.

3. Com referência aos Artigos 10 e 23

Fica entendido que o valor das ações emitidas por uma companhia de um Estado Contratante, e recebidas por um residente no outro Estado Contratante, não está sujeito a imposto de renda em qualquer dos Estados.

4. Com referência ao Artigo 11

a) Fica entendido que as comissões pagas por um residente do Brasil a um banco ou instituição financeira, relativamente a serviços prestados por esse banco ou instituição financeira, são considerados juros e, como tal, sujeitos ao que dispõem os parágrafos 2 e 3 do Artigo 11.

b) Com relação ao parágrafo 3 do Artigo 11, as autoridades competentes podem designar, de comum acordo, outras instituições governamentais às quais aquele dispositivo se aplica.

5. Com referência ao Artigo 12, parágrafo 3

Fica entendido que o disposto no parágrafo 3 do Artigo 12 aplica-se a qualquer espécie de pagamento recebido em contraprestação de serviços e assistência técnica.

6. Com referência ao Artigo 19

Fica entendido que o disposto no subparágrafo a, do parágrafo 1, e subparágrafo a do parágrafo 2 do Artigo 19 não impedem a Holanda de aplicar o disposto nos parágrafos 1 e 2 do Artigo 23 desta Convenção.

7. Com referência ao Artigo 24, parágrafo 2

Fica entendido que o disposto no parágrafo 5 do Artigo 10 não está em desacordo com o disposto no parágrafo 2 do Artigo 24.

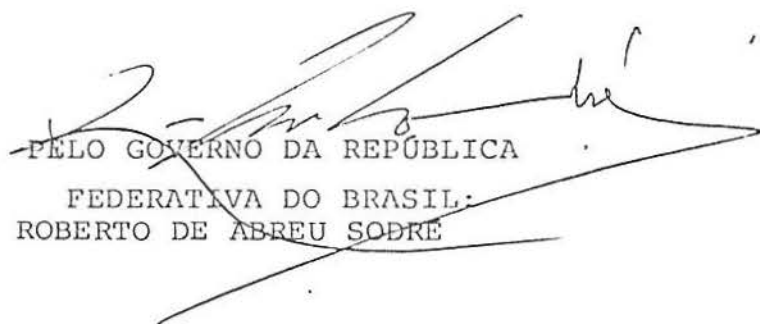
8. Com referência ao Artigo 24, parágrafo 3

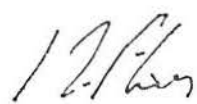
Fica entendido que:

- a) o disposto na lei brasileira, proibindo que os "royalties", tais como definidos no parágrafo 3 do Artigo 12, pagos por uma sociedade residente do Brasil a um residente na Holanda, que detenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital votante daquela sociedade, sejam deduzidos por ocasião da apuração do lucro tributável da sociedade residente do Brasil, não está em desacordo com o que dispõe o parágrafo 3 do Artigo 24 desta Convenção;
- b) na eventualidade do Brasil, após a assinatura desta Convenção, permitir, quer em virtude de sua lei interna, quer mediante convenção internacional tributária, que os "royalties" pagos por empresa residente no Brasil a empresa residente em terceiro Estado situado fora da América Latina, a qual detenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do capital votante da empresa residente no Brasil, sejam deduzidos por ocasião da apuração do lucro tributável dessa empresa, uma igual dedução será automaticamente aplicável, em condições similares, a uma empresa residente no Brasil que pague "royalties" a uma empresa residente na Holanda.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo, apondo-lhe seus Selos.

Feito em *Brasília* aos 08 dias do mês de *março* do ano de 1990, em dois exemplares, em português, holandês e inglês, sendo os três textos igualmente autênticos. Em caso de divergência da interpretação, prevalecerá o texto em inglês.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:
ROBERTO DE ABREU SODRE


PELO GOVERNO DO REINO DOS
PAÍSES BAIXOS:
RAINIER FLASH

CONVENTION BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE KINGDOM
OF THE NETHERLANDS FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE
PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Kingdom of the Netherlands

Desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income,

Have agreed as follows:

C H A P T E R I
Scope of the Convention

ARTICLE 1
Personal Scope

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

ARTICLE 2
Taxes Covered

1. This Convention shall apply to taxes on income imposed on behalf of each Contracting State, irrespective of the manner in which they are levied.

2. The existing taxes to which the Convention shall apply are:

a) in the case of Brazil:

- the federal income tax, excluding the supplementary income tax and the tax on activities of minor importance,
(hereinafter referred to as "Brazilian tax");

in the case of the Netherlands:

- the income tax,
- the wages tax,
- the company tax including the Government share in the net profits of the exploitation of natural resources levied pursuant to the Mijnwet 1810 (the Mining Act of 1810) with respect to concessions issued from 1967, or pursuant to the Mijnwet Continentaal Plat 1965 (the Netherlands Continental Shelf Mining Act of 1965),
- the dividend tax,
(hereinafter referred to as "Netherlands tax").

3. The Convention shall also apply to any identical or substantially similar taxes which are imposed after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the taxes mentioned in paragraph 2. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

CHAPTER II

Definitions

ARTICLE 3

General Definitions

1. For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

- a) the term "Contracting State" means Brazil or the Netherlands, as the context requires; the term "Contracting States" means Brazil and the Netherlands;
- b) the term "Brazil" means the continental and insular territory of the Federative Republic of Brazil, including its territorial sea, as defined by the United Nations Convention on the Law of the Sea, and the corresponding seabed and sub-soil, as well as any maritime area beyond the territorial sea, including the seabed and the sub-soil to the extent that in that area Brazil in accordance with international law exercises rights with respect to the exploration and exploitation of the natural resources;

- c) the term "the Netherlands" means the part of the Kingdom of the Netherlands that is situated in Europe including the part of the sea bed and its sub-soil under the North Sea, to the extent that that area in accordance with international law has been or may hereafter be designated under Netherlands laws as an area within the Netherlands may exercise certain rights with respect to the exploration and exploitation of the natural resources of the sea bed or its sub-soil;
- d) the term "nationals" means:
 - 1) all individuals possessing the nationality of a Contracting State;
 - 2) all legal persons, partnerships and associations deriving their status as such from the laws in force in a Contracting State;
- e) the term "person" includes an individual, a company and any other body of persons;
- f) the term "company" means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;
- g) the terms "enterprise of a Contracting State" and "enterprise of the other Contracting State" mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
- h) the term "international traffic" means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise which has its place of effective management in a Contracting State, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;
- i) the term "tax" means Brazilian tax or Netherlands tax, as the context requires;
- j) the term "competent authority" means:
 - 1) in Brazil: the Minister of Finance, the Secretary of Federal Revenue or their authorized representatives;
 - 2) in the Netherlands: the Minister of Finance or his duly authorized representative.

2. As regards the application of the Convention by a Contracting State any term not defined therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has under the law of that State concerning the taxes to which the Convention applies.

ARTICLE 4

Resident

1. For the purposes of this Convention, the term "resident of a Contracting State" means any person who, under the law of that State, is liable to tax thereon by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature.

2. Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

- a) he shall be deemed to be a resident of the State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);
- b) if the State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either State, he shall be deemed to be a resident of the State in which he has an habitual abode;
- c) if he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident of the State of which he is a national;
- d) if he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3. Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident of the States in which its place of effective management is situated.

ARTICLE 5
Permanent Establishment

1. For the purposes of this Convention, the term "permanent establishment" means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.
2. The term "permanent establishment" includes especially:
 - a) a place of management;
 - b) a branch;
 - c) an office;
 - d) a factory;
 - e) a workshop;
 - f) a mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources.
3. A building site, a construction, assembly or installation project constitutes a permanent establishment only if it lasts more than 6 months.
4. Notwithstanding the preceding provisions of this Article, the term "permanent establishment" shall be deemed not to include:
 - a) the use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
 - b) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
 - c) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
 - d) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information, for the enterprise;

- e) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character.

5. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person - other than an agent of an independent status to whom paragraph 7 applies - is acting in a Contracting State on behalf of an enterprise of the other Contracting State and has, and habitually exercises, in the first-mentioned Contracting State an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in the first-mentioned State in respect of any activities which that person undertakes for the enterprise unless the activities of such person are limited to those mentioned in paragraph 4 which, if exercised through a fixed place of business, would not make this fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6. Notwithstanding the preceding provisions of this Article, an insurance enterprise of a Contracting State shall, except in regard to re-insurance, be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State if it collects premiums in the territory of that other State or insures risks situated therein through a person other than an agent of an independent status to whom paragraph 7 applies.

7. An enterprise of a Contracting State shall not be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State merely because it carries on business in that other State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

8. The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

C H A P T E R I I I

Taxation of Income

ARTICLE 6

Income from Immovable Property

1. Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. The term "immovable property" shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3. The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4. The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

ARTICLE 7

Business Profits

1. The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2. Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3. In determining the profits of a permanent establishment, expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred shall be allowed as deductions.

4. No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

5. Where profits include items of income which are dealt with separately in other Articles of this Convention, then the provisions of those Articles shall not be affected by the provisions of this Article.

ARTICLE 8

Shipping and Air Transport

1. Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2. If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated, or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

3. The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

ARTICLE 9

Associated Enterprises

Where

- a) an enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State, or
- b) the same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State,

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

ARTICLE 10

Dividends

1. Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the dividends the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the dividends.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3. The term "dividends" as used in this Article means income from shares, "jouissance" shares or "jouissance" rights, mining shares, founders' shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident.

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment. In such case the provisions of Article 7 shall apply.

5. Where a resident of a Contracting State has a permanent establishment in the other Contracting State, this permanent establishment may be subject to a tax withheld at source in accordance with the internal law of that State. However, such a tax shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the profits of that permanent establishment determined after the payment of the corporate tax related to such profits.

6. Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment situated in that State, nor subject the company's undistributed profits to any tax, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

7. The tax rate limitations referred to in paragraphs 2 and 5 shall not apply to dividends or profits paid before the end of the first calendar year following the year of signature of this Convention.

ARTICLE 11

Interest

1. Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such interest may also be taxed in the State in which it arises and according to the laws of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the interest the tax so charged shall not exceed:

a) 10 per cent of the gross amount of the interest if the recipient is a bank and the loan is granted for a period of at least 7 years in connection with the purchase of industrial equipment; with the study, the purchase and installation of industrial or scientific units, as well as with the financing of public works;

b) 15 per cent of the gross amount of the interest in all other cases.

3. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, interest arising in a Contracting State and paid to the Government of the other Contracting State, a political subdivision thereof or any agency (including a financial institution) owned by that Government or political sub-division shall be exempt from tax in the first-mentioned State.

4. The term "interest" as used in this Article means income from government securities, bonds or debentures, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in profits, and debt-claims of every kind as well as other income assimilated to income from money lent by the taxation law of the Contracting State in which the income arises.

5. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment. In such case the provisions of Article 7 shall apply.

6. The tax rate limitation provided for in paragraph 2 shall not apply to interest arising in a Contracting State and paid to a permanent establishment of an enterprise of the other Contracting State which is situated in a third State.

7. Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment is situated.

8. Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

ARTICLE 12

Royalties

1. Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise and according to the laws of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the royalties the tax so charged shall not exceed:

- a) 25 per cent of the gross amount of the royalties arising from the use or the right to use trade marks;
- b) 15 per cent of the gross amount of the royalties in all other cases.

3. The term "royalties" as used in this Article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work (including cinematograph films, films or tapes for television or radio broadcasting), any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial, or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment. In such case the provisions of Article 7 shall apply.

5. Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with which the obligation to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by such permanent establishment, then such royalties shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment is situated.

6. Where by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

7. The tax rate limitation provided for in sub-paragraph b of paragraph 2 of this Article shall not apply to royalties paid before the end of the first calendar year following the year of signature of this Convention, where such royalties are paid to a resident of a Contracting State which holds, directly or indirectly, at least 50 per cent of the voting capital of the company paying the royalties.

ARTICLE 13

Capital Gains

1. Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in Article 6, which is situated in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2. Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise), may be taxed in that other State. However, gains from the alienation of ships or aircraft operated in international traffic or movable property pertaining to the operation of such ships or aircraft, shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

3. Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1 and 2, may be taxed in both Contracting States.

ARTICLE 14

Independent Personal Services

1. Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that State, unless the remuneration for such services or activities is paid by a company resident of the other Contracting State or is borne by a permanent establishment situated therein. In such case, the income may be taxed in that other State.

2. The term "professional services" includes especially independent scientific, technical, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

ARTICLE 15
Dependent Personal Services

1. Subject to the provisions of Articles 16, 18, 19 and 20, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) the recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in the fiscal year concerned, and
- b) the remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State, and
- c) the remuneration is not borne by a permanent establishment which the employer has in the other State.

3. Notwithstanding the preceding provisions of this Article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft operated in international traffic may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

ARTICLE 16
Director's Fees

Directors' fees and other regular payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or of any council of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

ARTICLE 17
Artistes and Athletes

1. Notwithstanding the provisions of Articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste, or a musician, or as an athlete, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2. Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or an athlete in his capacity as such accrues not to the entertainer or athlete himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of Articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or athlete are exercised.

ARTICLE 18

Pensions

1. Subject to the provisions of paragraph 2 of Article 19, any pension or other similar remuneration in consideration of past employment not exceeding an amount equivalent to U.S. \$ 5.000.00 in a calendar year and any annuity or alimony paid to a resident of a Contracting State shall be taxable only in that State. The amount of such remuneration which exceeds the above-mentioned limit may also be taxed in the other Contracting State, if it is derived from that State.

2. The term "annuity" means a stated sum payable periodically at stated times during life or during a specified or ascertainable period of time under an obligation to make the payments in return for adequate and full consideration in money's worth.

3. Any payment made under the provisions of a social security system of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State.

ARTICLE 19

Governmental Payments

1. a) Remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that other State and the individual is a resident of that State who:

1) is a national of that State; or

2) did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2. a) Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that other State.

3. The provisions of Article 15, 16 and 18 shall apply to remuneration and pensions in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof.

ARTICLE 20

Professors and Teachers

1. Payments which a professor or teacher who is a resident of a Contracting State and who is temporarily present in the other Contracting State for the purpose of teaching or scientific research for a maximum period of two years in a university, college or other establishment for teaching or scientific research in that other State, receives for such teaching or research, shall not be taxed in the last-mentioned State provided that the payments are received from the first-mentioned State or from a person who is a resident of the first-mentioned State.

2. This Article shall not apply to income from research if such research is undertaken not in the public interest but primarily for the private benefit of a specific person or persons.

ARTICLE 21

Students

Payments which a student or business apprentice who is or was immediately before visiting one of the Contracting States a resident of the other State and who is present in the first-mentioned State solely for the purpose of his education or training receives for the purpose of his maintenance, education or training shall not be taxed in that State, provided that such payments arise from sources outside that State.

ARTICLE 22
Other Income

Items of income of a resident of a Contracting State, arising in the other Contracting State and not dealt with in the foregoing Articles of this Convention, may be taxed in that other State.

C H A P T E R I V
Elimination of Double Taxation

ARTICLE 23
Elimination of Double Taxation

1. The Netherlands, when imposing tax on its residents, may include in the basis upon which such taxes are imposed the items of income which, according to the provisions of this Convention, may be taxed in Brazil.

2. However, where a resident of the Netherlands derives items of income which according to Article 6, Article 7, paragraph 4 of Article 10, paragraph 5 of Article 11, paragraph 4 of Article 12, paragraphs 1 and 2 of Article 13, Article 14, Article 15, Article 16 and Article 19 of this Convention may be taxed in Brazil and are included in the basis referred to in paragraph 1, the Netherlands shall, subject to the provisions concerning the mode of application, including the provisions concerning the compensation of losses, in its national regulations for the avoidance of double taxation, exempt such items from tax consistently with the above-mentioned provisions of this Convention.

3. Further, the Netherlands shall allow a deduction from the Netherlands tax so computed for the items of income which according to paragraph 2 of Article 10, paragraph 2 of Article 11, paragraph 2 of Article 12, paragraph 3 of Article 13, Article 17, paragraph 1 of Article 18 and Article 22 of this Convention may be taxed in Brazil to the extent that these items are included in the basis referred to in paragraph 1. The amount of this deduction shall be equal to the tax paid in Brazil on these items of income, but shall not exceed the amount of the reduction which would be allowed if the items of income so included were the sole items of income which are exempt from Netherlands tax under the provisions of Netherlands law for the avoidance of double taxation.

4. For the purposes of paragraph 3, the tax paid in Brazil shall be deemed to be:

- a) with respect to dividends as meant in paragraph 2 of Article 10, 25 percent of such dividends if they are paid to a company of the Netherlands holding at least 10 percent of the voting capital of the Brazilian company, and 20 percent in all other cases,
- b) with respect to interest as meant in paragraph 2 of Article 11, 20 percent of such interest,
- c) with respect to royalties as meant in subparagraph b of paragraph 2 of Article 12, 25 percent of such royalties if they are paid to a company of the Netherlands holding directly or indirectly at least 50 percent of the voting capital of a Brazilian company provided that they are not deductible in the determination of the taxable income of the company paying the royalties, and 20 percent in all other cases.

5. Where a resident of Brazil derives income which, in accordance with the provisions of this Convention may be taxed in the Netherlands, Brazil shall allow as a deduction from the tax on the income of that person, an amount equal to the income tax paid in the Netherlands. The deduction shall not, however, exceed that part of the income tax as computed before the deduction is given, which is appropriate to the income which may be taxed in the Netherlands.

C H A P T E R V Special Provisions

ARTICLE 24 Non-Discrimination

1. Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances are or may be subjected.

2. The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

3. Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

4. In this Article, the term "taxation" means taxes to which this Convention applies.

ARTICLE 25

Mutual Agreement Procedure

1. Where a resident of a Contracting State considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident. The case must be presented within five years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2. The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention.

3. The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention, including Article 9 of the Convention.

4. The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

ARTICLE 26

Exchange of Information

1. The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for carrying out the provisions of this Convention. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts) involved in the assessment or collection of the taxes covered by the Convention or in the prosecution of offences or the determination of appeals in relation thereto.

2. In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

- a) to carry out administrative measures at variance with the laws and the administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) to supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) to supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial, or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy (ordre public).

ARTICLE 27

Diplomatic Agents and Consular Officers

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of diplomatic agents or consular officers under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

C H A P T E R VI

Final Provisions

ARTICLE 28

Entry Into Force

1. This Convention shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged as soon as possible.

2. This Convention shall enter into force upon the exchange of instruments of ratification and its provisions shall have effect for the first time:

- a) as respects taxes withheld at source, to amounts paid or credited on or after January 1st of the calendar year immediately following that in which the Convention enters into force;
- b) as respects other taxes covered by the Convention, for the taxable year beginning on or after January 1st of the calendar year immediately following that in which the Convention enters into force.

ARTICLE 29

Termination

Either Contracting State may terminate this Convention after a period of five years from the date on which the Convention enters into force by giving to the other Contracting State, through diplomatic channels, a written notice of termination, provided that any such notice shall be given only on or before the thirtieth day of June in any calendar year.

In such case the Convention shall apply for the last time:

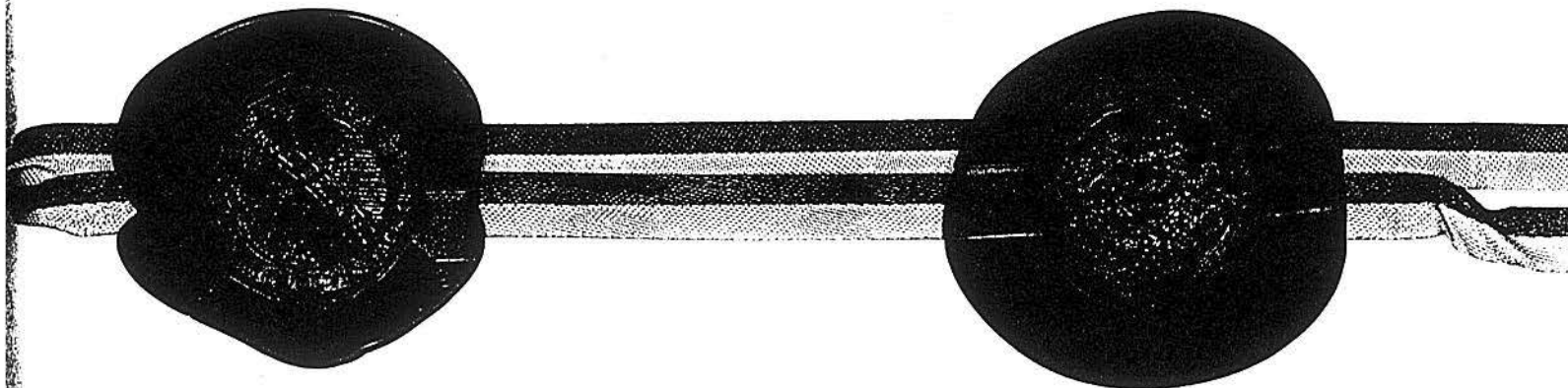
- a) as respects taxes withheld at source, to amounts paid or credited before the expiration of the calendar year in which the notice of termination is given;
- b) as respects other taxes covered by the Convention, to amounts received during the taxable year beginning in the calendar year in which the notice of termination is given.

In witness whereof the undersigned being duly authorized thereto have signed this Convention and have affixed their seals.

Done in *Brasília* this *8th* day *March* of
1990, in duplicate, in the Portuguese, Dutch and English languages,
all three texts being equally authentic. In case of any divergence of
interpretation the English text shall prevail.


FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF
BRAZIL:

17. Plas
FOR THE GOVERNMENT OF THE
KINGDOM OF THE NETHERLANDS:



P R O T O C O L

At the moment of the signature of the Convention between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of the Netherlands for the Avoidance of Double Taxation and the Prevention of Fiscal Evasion with Respect to Taxes on Income the undersigned, being duly authorized thereto, have agreed upon the following provisions which constitute an integral part of the Convention.

1. With reference to Article 7

It is understood that the provisions of paragraph 3 of Article 7 shall apply whether the expenses mentioned therein are incurred in the Contracting State in which the permanent establishment is situated or elsewhere.

2. With reference to Article 10, 11 and 12

a) Where tax has been levied at source in excess of the amount of tax chargeable under the provisions of Articles 10, 11 or 12, applications for the refund of the excess amount of tax have to be lodged with the competent authority of the Contracting State having levied the tax, within a period of five years after the expiration of the calendar year in which the tax has been levied.

b) The competent authority of a Contracting State may settle the mode of application of Articles 10, 11 and 12.

3. With reference to Articles 10 and 23

It is understood that the value of shares issued by a corporation of a Contracting State and received by a resident of the other Contracting State shall not be subject to tax as income in either Contracting State.

4. With reference to Article 11

a) It is understood that the commissions paid by a resident of Brazil to a bank or financial institution in connection with services rendered by such bank or financial institution are considered to be interest and subject to the provisions of paragraphs 2 or 3 of Article 11.

b) With respect to paragraph 3 of Article 11, the competent authorities may determine by mutual agreement other governmental institutions to which this provision shall apply.

5. With reference to Article 12, paragraph 3

It is understood that the provisions of paragraph 3 of Article 12 shall apply to payments of any kind received as a consideration for the rendering of technical assistance and technical services.

6. With reference to Article 19

It is understood that the provisions of sub-paragraph a of paragraph 1 and sub-paragraph a of paragraph 2 of Article 19 do not prevent the Netherlands from applying the provisions of paragraphs 1 and 2 of Article 23 of the Convention.

7. With reference to Article 24, paragraph 2

It is understood that the provisions of paragraph 5 of Article 10 are not in conflict with the provisions of paragraph 2 of Article 24.

8. With reference to Article 24, paragraph 3

It is understood that:

- a) the provisions of the Brazilian law which do not allow that royalties as defined in paragraph 3 of Article 12, paid by a company resident of Brazil to a resident of the Netherlands which holds at least 50 per cent of the voting capital of that company, be deductible at the moment of the determination of the taxable income of the company resident of Brazil, are not in conflict with the provisions of paragraph 3 of Article 24 of the present Convention;
- b) in the event that Brazil, after the signature of the present Convention, would allow, either by internal law or by a tax Convention, that royalties paid by an enterprise which is a resident of Brazil to an enterprise which is a resident of a third State not located in Latin-America, and which holds at least 50 per cent of the voting capital of the enterprise which is a resident of Brazil, be deductible at the moment of the determination of the taxable profits of this enterprise, an equal deduction will be automatically applicable, under similar conditions, to an enterprise which is a resident of Brazil paying royalties to an enterprise which is a resident of the Netherlands.

In witness whereof the undersigned being duly authorized thereto have signed this Protocol and have affixed their seals.

Done in *Brasília* this *8th* day of *March*
1990, in duplicate, in the Portuguese, Dutch and English languages,
all three texts being equally authentic. In case of any divergence of
interpretation the English text shall prevail.



FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF
BRAZIL:



FOR THE GOVERNMENT OF THE
KINGDOM OF THE NETHERLANDS:

41

OVEREENKOMST TUSSEN DE FEDERATIEVE REPUBLIEK BRAZILIE EN HET
KONINKRIJK DER NEDERLANDEN TOT HET VERMIJDEN VAN DUBBELE
BELASTING EN HET VOORKOMEN VAN HET ONTGAAN VAN BELASTING MET
BETREKKING TOT BELASTINGEN NAAR HET INKOMEN

De Regering van de Federatieve Republiek Brazilië

en

de Regering van het Koninkrijk der Nederlanden,

de wens koesterende een overeenkomst te sluiten tot het vermijden
van dubbele belasting en het voorkomen van het ontgaan van belasting
met betrekking tot belastingen naar het inkomen,

Zijn het volgende overeengekomen:

HOOFDSTUK I

REIKWIJDTE VAN DE OVEREENKOMST

Artikel 1

PERSONEN OP WIE DE OVEREENKOMST VAN TOEPASSING IS

Deze Overeenkomst is van toepassing op personen die inwoner zijn van een of van beide Overeenkomstsluitende Staten.

Artikel 2.

BELASTINGEN WAAROP DE OVEREENKOMST VAN TOEPASSING IS

1. Deze Overeenkomst is van toepassing op belastingen naar het inkomen die, ongeacht de wijze van heffing, worden geheven ten behoeve van elk van de Overeenkomstsluitende Staten.

2. De bestaande belastingen waarop de Overeenkomst van toepassing is, zijn:

a) voor Brazilië:

- de federal income tax, excluding the supplementary income tax and the tax on activities of minor importance (de federale inkomstenbelasting, uitgezonderd de aanvullende inkomstenbelasting en de belasting op activiteiten van gering belang),

(hierna te noemen: "Braziliaanse belasting");

b) voor Nederland:

- de inkomstenbelasting,
- de loonbelasting,
- de vennootschapsbelasting, waaronder begrepen het aandeel van de regering in de netto winsten behaald met de exploitatie van natuurlijke rijkdommen geheven krachtens de Mijnwet 1810 met betrekking tot concessies uitgegeven vanaf 1967, of geheven krachtens de Nederlandse Mijnwet continentaal plat 1965,
- de dividendbelasting,

(hierna te noemen: "Nederlandse belasting").

3. De Overeenkomst is ook van toepassing op alle gelijke of in wezen gelijksoortige belastingen die na de datum van ondertekening van de Overeenkomst naast of in de plaats van de in het tweede lid genoemde belastingen worden geheven. De bevoegde autoriteiten van de Overeenkomstsluitende Staten delen elkaar alle wezenlijke wijzigingen mede die in hun onderscheiden belastingwetgevingen zijn aangebracht.

HOOFDSTUK II

BEGRIPSBEPALINGEN

Artikel 3.

ALGEMENE BEGRIPSBEPALINGEN

1. Voor de toepassing van deze Overeenkomst, tenzij de context anders vereist:

- a) betekent de uitdrukking "Overeenkomstsluitende Staat" Brazilië of Nederland, al naar de context vereist; betekent de uitdrukking "Overeenkomstsluitende Staten" Brazilië en Nederland;
- b) betekent de uitdrukking "Brazilië" het vasteland en de eilanden van de Federatieve Republiek Brazilië, alsmede de territoriale wateren zoals omschreven in het Verdrag van de Verenigde Naties inzake het recht van de zee, en de daarbij behorende zeebodem en ondergrond, alsmede elk gebied van de zee buiten de territoriale wateren, alsmede de zeebodem en de ondergrond, voor zover Brazilië in dat gebied in overeenstemming met het internationale recht rechten uitoefent met betrekking tot de exploratie en exploitatie van de natuurlijke rijkdommen;
- c) betekent de uitdrukking "Nederland" het deel van het Koninkrijk der Nederlanden dat in Europa is gelegen, en het onder de Noordzee gelegen deel van de zeebodem en de ondergrond daarvan voor zover dit gebied in overeenstemming met het internationale recht krachtens de Nederlandse wetgeving is of zal worden aangemerkt als een gebied waarbinnen Nederland bepaalde rechten kan uitoefenen met betrekking tot de exploratie en exploitatie van de natuurlijke rijkdommen van de zeebodem of de ondergrond daarvan;

- d) betekent de uitdrukking "onderdanen":
 - 1. alle natuurlijke personen die de nationaliteit van een Overeenkomstsluitende Staat bezitten;
 - 2. alle rechtspersonen, vennootschappen en verenigingen die hun rechtspositie als zodanig ontleen aan de wetgeving die in een Overeenkomstsluitende Staat van kracht is;
- e) omvat de uitdrukking "persoon" een natuurlijke persoon, een lichaam en elke andere vereniging van personen;
- f) betekent de uitdrukking "lichaam" elke rechtspersoon of elke eenheid die voor de belastingheffing als een rechtspersoon wordt behandeld;
- g) betekenen de uitdrukkingen "onderneming van een Overeenkomstsluitende Staat" en "onderneming van de andere Overeenkomstsluitende Staat" onderscheidenlijk een onderneming gedreven door een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat en een onderneming gedreven door een inwoner van de andere Overeenkomstsluitende Staat;
- h) betekent de uitdrukking "internationaal verkeer" alle vervoer met een schip of een luchtvaartuig, geëxploiteerd door een onderneming waarvan de plaats van de werkelijke leiding in een Overeenkomstsluitende Staat is gelegen, behalve wanneer het schip of het luchtvaartuig uitsluitend wordt geëxploiteerd tussen plaatsen die in de andere Overeenkomstsluitende Staat zijn gelegen;
- i) betekent de uitdrukking "belasting" Braziliaanse belasting of Nederlandse belasting, al naar de context vereist;
- j) betekent de uitdrukking "bevoegde autoriteit":
 - 1. in Brazilië: de Minister van Financiën, de Secretary of Federal Revenue of hun bevoegde vertegenwoordigers;
 - 2. in Nederland: de Minister van Financiën of zijn bevoegde vertegenwoordiger.

2. Voor de toepassing van de Overeenkomst door een Overeenkomstsluitende Staat heeft, tenzij de context anders vereist, elke daarin niet omschreven uitdrukking de betekenis welke die uitdrukking heeft volgens de wetgeving van die Staat met betrekking tot de belastingen waarop de Overeenkomst van toepassing is.

Artikel 4

WOONPLAATS

1. Voor de toepassing van deze Overeenkomst betekent de uitdrukking "inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat" iedere persoon die, ingevolge de wetgeving van die Staat, aldaar aan belasting is onderworpen op grond van zijn woonplaats, verblijf, plaats van leiding of enige andere soortgelijke omstandigheid.

2. Indien een natuurlijke persoon ingevolge de bepalingen van het eerste lid inwoner van beide Overeenkomstsluitende Staten is, wordt zijn positie als volgt bepaald:

- a) hij wordt geacht inwoner te zijn van de Staat waar hij een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft; indien hij in beide Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht inwoner te zijn van de Staat waarmede zijn persoonlijke en economische betrekkingen het nauwst zijn (middelpunt van de levensbelangen);
- b) indien niet kan worden bepaald in welke Staat hij het middelpunt van zijn levensbelangen heeft, of indien hij in geen van de Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht inwoner te zijn van de Staat waar hij gewoonlijk verblijft;
- c) indien hij in beide staten of in geen van beide gewoonlijk verblijft, wordt hij geacht inwoner te zijn van de Staat waarvan hij onderdaan is;
- d) indien hij onderdaan is van beide Staten of van geen van beide, regelen de bevoegde autoriteiten van de Overeenkomstsluitende Staten de aangelegenheid in onderlinge overeenstemming.

3. Indien een andere dan een natuurlijke persoon ingevolge de bepalingen van het eerste lid inwoner van beide Overeenkomstsluitende Staten is, wordt hij geacht inwoner te zijn van de Staat waar de plaats

Artikel 5

VASTE INRICHTING

1. Voor de toepassing van deze Overeenkomst betekent de uitdrukking "vaste inrichting" een vaste bedrijfsinrichting door middel waarvan de werkzaamheden van een onderneming geheel of gedeeltelijk worden uitgeoefend.

2. De uitdrukking "vaste inrichting" omvat in het bijzonder:

- a) een plaats waar leiding wordt gegeven;
- b) een filiaal;
- c) een kantoor;
- d) een fabriek;
- e) een werkplaats;
- f) een mijn, een olie- of gasbron, een steengroeve of een andere plaats waar natuurlijke rijkdommen worden gewonnen.

3. De plaats van uitvoering van een bouwwerk, van constructie-, montage- of installatiewerkzaamheden vormt alleen een vaste inrichting indien de duur ervan 6 maanden overschrijdt.

4. Niettegenstaande de voorgaande bepalingen van dit artikel wordt de uitdrukking "vaste inrichting" geacht niet te omvatten:

- a) het gebruik maken van inrichtingen, uitsluitend voor de opslag, uitstalling of aflevering van aan de onderneming toebehorende goederen of koopwaar;
- b) het aanhouden van een voorraad van aan de onderneming toebehorende goederen of koopwaar, uitsluitend voor opslag, uitstalling of aflevering;
- c) het aanhouden van een voorraad van aan de onderneming toebehorende goederen of koopwaar, uitsluitend voor bewerking of verwerking door een andere onderneming;
- d) het aanhouden van vaste bedrijfsinrichting, uitsluitend om voor de onderneming goederen of koopwaar aan te kopen of inrichtingen in te winnen;

- e) het aanhouden van een vaste bedrijfsinrichting, uitsluitend om voor de onderneming enige andere werkzaamheid uit te oefenen die van voorbereidende aard is of het karakter van hulpwerkzaamheid heeft.

5. Indien een persoon - niet zijnde een onafhankelijke vertegenwoordiger in de zin van het zevende lid - in een Overeenkomstsluitende Staat voor een onderneming van de andere Overeenkomstsluitende werkzaam is, en een machtiging bezit om namens de onderneming overeenkomsten af te sluiten en dit recht in de eerstgenoemde Staat gewoonlijk uitoefent, wordt die onderneming, niettegenstaande de bepalingen van het eerste en tweede lid, geacht in de eerstgenoemde Staat een vaste inrichting te hebben met betrekking tot de werkzaamheden die die persoon voor de onderneming verricht, tenzij de werkzaamheden van die persoon beperkt blijven tot die werkzaamheden genoemd in het vierde lid, die, indien zij worden uitgeoefend door middel van een vaste bedrijfsinrichting, deze vaste bedrijfsinrichting op grond van de bepalingen van dat lid niet tot een vaste inrichting zouden maken.

6. Niettegenstaande de voorgaande bepalingen van dit artikel wordt een verzekeringsonderneming van een Overeenkomstsluitende Staat, behoudens voor zover het herverzekering betreft, geacht een vaste inrichting in de andere Overeenkomstsluitende Staat te hebben, indien zij op het grondgebied van die andere Staat premies int of aldaar aanwezige risico's verzekert door middel van een persoon, niet zijnde een onafhankelijke vertegenwoordiger in de zin van het zevende lid.

7. Een onderneming van een Overeenkomstsluitende Staat wordt niet geacht een vaste inrichting in de andere Overeenkomstsluitende Staat te hebben alleen op grond van de omstandigheid dat zij in die andere Staat zaken doet door bemiddeling van een makelaar, commissionair of enige andere onafhankelijke vertegenwoordiger, mits deze personen in de normale uitoefening van hun bedrijf handelen.

8. De omstandigheid dat een lichaam dat inwoner is van een Overeenkomstsluitende Staat, een lichaam beheerst of door een lichaam wordt beheerst dat inwoner is van de andere Overeenkomstsluitende Staat of dat in die andere Staat zaken doet (hetzij door middel van een vaste inrichting, hetzij op andere wijze), stempelt een van beide lichamen niet tot een vaste inrichting van het andere.

HOOFDSTUK III

BELASTINGHEFFING NAAR HET INKOMEN

Artikel 6

INKOMSTEN UIT ONROERENDE GOEDEREN

1. Inkomsten verkregen door een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat uit onroerende goederen (waaronder begrepen voordelen uit landbouw- of bosbedrijven) die in de andere Overeenkomstsluitende Staat zijn gelegen mogen in die andere Staat worden belast.

2. De uitdrukking "onroerende goederen" heeft de betekenis welke die uitdrukking heeft volgens de wetgeving van de Overeenkomstsluitende Staat waar de desbetreffende goederen zijn gelegen. De uitdrukking omvat in ieder geval de goederen die bij de onroerende goederen behoren, levende en dode have van landbouw- en bosbedrijven, rechten waarop de bepalingen van het privaatrecht betreffende de grondeigendom van toepassing zijn, vruchtgebruik van onroerende goederen en rechten op veranderlijke of vaste vergoedingen ter zake van de exploitatie, of concessie tot exploitatie, van minerale aardlagen, bronnen en andere natuurlijke rijkdommen; schepen en luchtvaartuigen worden niet als onroerende goederen beschouwd.

3. Het bepaalde in het eerste lid is van toepassing op de inkomsten verkregen uit de rechtstreekse exploitatie, uit het verhuren of verpachten, of uit elke andere vorm van exploitatie van onroerende goederen.

4. De bepalingen van het eerste en derde lid zijn ook van toepassing op inkomsten uit onroerende goederen van een onderneming en op inkomsten uit onroerende goederen gebezigd voor het verrichten van zelfstandige arbeid.

Artikel 7

WINST UIT ONDERNEMING

1. De voordelen van een onderneming van een Overeenkomstsluitende Staat zijn slechts in die Staat belastbaar, tenzij de onderneming in de andere Overeenkomstsluitende Staat haar bedrijf uitoefent door

middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting. Indien de onderneming aldus haar bedrijf uitoefent, mogen de voordelen van de onderneming in de andere Staat worden belast, maar slechts in zoverre als zij aan die vaste inrichting kunnen worden toegerekend.

2. Onder voorbehoud van de bepalingen van het derde lid worden, indien een onderneming van een Overeenkomstsluitende Staat in de andere Overeenkomstsluitende Staat haar bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, in elk van de Overeenkomstsluitende Staten aan die vaste inrichting de voordelen toegerekend die zij geacht zou kunnen worden te behalen, indien zij een zelfstandige onderneming zou zijn die dezelfde of soortgelijke werkzaamheden zou uitoefenen onder dezelfde of soortgelijke omstandigheden en die geheel onafhankelijk transacties zou aangaan met de onderneming waarvan zij een vaste inrichting is.

3. Bij het bepalen van de voordelen van een vaste inrichting worden in aftrek toegelaten kosten - waaronder begrepen kosten van de leiding en algemene beheerskosten - die ten behoeve van de vaste inrichting zijn gemaakt.

4. Er worden geen voordelen aan een vaste inrichting toegerekend enkel op grond van aankoop door die vaste inrichting van goederen of koopwaar voor de onderneming.

5. Indien in de voordelen bestanddelen zijn begrepen die afzonderlijk in andere artikelen van deze Overeenkomst worden behandeld, worden de bepalingen van die artikelen niet aangetast door de bepalingen van dit artikel.

Artikel 8

SCHEEP- EN LUCHTVAART

1. Voordelen uit de exploitatie van schepen of luchtvaartuigen in internationaal verkeer zijn slechts belastbaar in de Overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

2. Indien de plaats van de werkelijke leiding van een scheepvaartonderneming zich aan boord van een schip bevindt, wordt deze plaats geacht te zijn gelegen in de Overeenkomstsluitende Staat waar

de thuishaven van het schip is gelegen, of, indien er geen thuishaven is, in de Overeenkomstsluitende Staat waarvan de exploitant van het schip inwoner is.

3. De bepalingen van het eerste lid zijn ook van toepassing op voordelen uit de deelneming in een "pool", een gemeenschappelijke onderneming of een internationaal opererend agentschap.

Artikel 9

GELIEERDE ONDERNEMINGEN

1. Indien

- a) een onderneming van een Overeenkomstsluitende Staat onmiddellijk of middellijk deelneemt aan de leiding van, aan het toezicht op dan wel in het kapitaal van een onderneming van de andere Overeenkomstsluitende Staat, of
- b) dezelfde personen onmiddellijk of middellijk deelnemen aan de leiding van, aan het toezicht op dan wel in het kapitaal van een onderneming van een Overeenkomstsluitende Staat en een onderneming van de andere Overeenkomstsluitende Staat,

en in het ene of in het andere geval tussen de beide ondernemingen in hun handelsbetrekkingen of financiële betrekkingen voorwaarden worden overeengekomen of opgelegd, die afwijken van die welke zouden worden overeengekomen tussen onafhankelijke ondernemingen, mogen alle voordelen die een van de ondernemingen zonder deze voorwaarden zou hebben behaald, maar ten gevolge van die voorwaarden niet heeft behaald, worden begrepen in de voordelen van die onderneming en dienovereenkomstig worden belast.

Artikel 10

, DIVIDENDEN

1. Dividenden betaald door een lichaam dat inwoner is van een Overeenkomstsluitende Staat aan een inwoner van de andere Overeenkomstsluitende Staat, mogen in die andere Staat worden belast.

2. Deze dividenden mogen echter ook in de Overeenkomstsluitende Staat waarvan het lichaam dat de dividenden betaalt inwoner is, overeenkomstig de wetgeving van die Staat worden belast, maar indien de genietster de uiteindelijk gerechtigde tot de dividenden is, mag de aldus geheven belasting 15 percent van het brutobedrag van de dividenden niet overschrijden.

Dit lid laat onverlet de belastingheffing van het lichaam ter zake van de winst waaruit de dividenden worden betaald.

3. De uitdrukking "dividenden", zoals gebezigd in dit artikel, betekent inkomsten uit aandelen, winstaandelen of winstbewijzen, mijn-aandelen, oprichtersaandelen of andere rechten, met uitzondering van schuldvorderingen, die aanspraak geven op een aandeel in de winst, alsmede inkomsten uit andere vennootschappelijke rechten die door de wetgeving van de Staat waarvan het lichaam dat de uitdeling doet inwoner is, op dezelfde wijze aan de belastingheffing worden onderworpen als inkomsten uit aandelen.

4. De bepalingen van het eerste en tweede lid zijn niet van toepassing, indien de uiteindelijk gerechtigde tot de dividenden, die inwoner is van een Overeenkomstsluitende Staat, in de andere Overeenkomstsluitende Staat waarvan het lichaam dat de dividenden betaalt inwoner is, een bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, en het aandelenbezit uit hoofde waarvan de dividenden worden betaald, tot het bedrijfsvermogen van die vaste inrichting behoort. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.

5. Indien een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting in de andere Overeenkomstsluitende Staat heeft, mag deze vaste inrichting in overeenstemming met de nationale wetgeving van die Staat worden onderworpen aan een belasting die wordt ingehouden aan de bron. Die belasting mag echter 15 percent van het brutobedrag van de voordelen van die vaste inrichting, zoals bepaald na de betaling van de op die voordelen betrekking hebbende vennootschapsbelasting, niet overschrijden.

6. Indien een lichaam dat inwoner is van een Overeenkomstsluitende Staat, voordelen of inkomsten verkrijgt uit de andere Overeenkomstsluitende Staat, mag die andere Staat geen belasting heffen op de dividenden die door het lichaam worden betaald, behalve voor zover deze dividenden worden betaald aan een inwoner van die Staat of voor zover het aandelenbezit uit hoofde waarvan de dividenden worden betaald, tot het bedrijfsvermogen van een in die Staat gevestigde vaste inrichting behoort, noch de niet-uitgedeelde winst van het lichaam onderwerpen aan een belasting op niet-uitgedeelde winst van het lichaam, zelfs indien de betaalde dividenden of de niet-uitgedeelde winst geheel of gedeeltelijk bestaan uit voordelen of inkomsten die uit die andere Staat afkom-

7. De in het tweede en het vijfde lid bedoelde beperkingen van de belastingtarieven zijn niet van toepassing op dividenden of voordelen betaald voor het einde van het eerste kalenderjaar dat volgt op het jaar van ondertekening van deze Overeenkomst.

Artikel 11

INTEREST

1. Interest afkomstig uit een Overeenkomstsluitende Staat en betaald aan een inwoner van de andere Overeenkomstsluitende Staat mag in die andere Staat worden belast.

2. Deze interest mag echter ook in de Staat waaruit hij afkomstig is, overeenkomstig de wetgeving van die Staat worden belast, maar indien de genieter de uiteindelijk gerechtigde tot de interest is, mag de aldus geheven belasting niet overschrijden:

a) 10 percent van het brutobedrag van de interest indien de genieter een bank is en de lening verstrekt is voor een tijdsduur van ten minste 7 jaar in verband met de aankoop van industriële uitrusting; met de bestudering, aankoop en installatie van industriële of wetenschappelijke eenheden, alsmede met de financiering van openbare werken;

b) 15 percent van het brutobedrag van de interest in alle andere gevallen.

3. Niettegenstaande de bepalingen van het eerste en tweede lid is interest, afkomstig uit een Overeenkomstsluitende Staat en betaald aan de Regering van de andere Overeenkomstsluitende Staat, een staatkundig onderdeel daarvan of enig agentschap (waaronder begrepen een financiële instelling) dat eigendom is van die Regering of van dat staatkundig onderdeel, vrijgesteld van belasting in de eerstbedoelde Staat.

4. De uitdrukking "interest", zoals gebezigd in dit artikel, betekent inkomsten uit overheidsleningen, obligaties of schuldbewijzen, al dan niet verzekerd door hypotheek en al dan niet aanspraak gevend op een aandeel in de winst, en schuldvorderingen van welke aard ook, alsmede alle andere inkomsten die door de belastingwetgeving van de Overeenkomstsluitende Staat waaruit de inkomsten afkomstig zijn, met inkomsten uit geldlening worden gelijkgesteld.

Artikel 12

ROYALTY'S

1. Royalty's afkomstig uit een Overeenkomstsluitende Staat en betaald aan een inwoner van de andere Overeenkomstsluitende Staat mogen in die andere Staat worden belast.

2. Deze royalty's mogen echter ook in de Overeenkomstsluitende Staat waaruit zij afkomstig zijn, overeenkomstig de wetgeving van die Staat worden belast, maar indien de genietende uiteindelijk gerechtigde tot de royalty's is, mag de aldus geheven belasting niet overschrijden:

- a) 25 percent van het brutobedrag van de royalty's voor het gebruik van, of voor het recht van gebruik van fabrieks- of handelsmerken;
- b) 15 percent van het brutobedrag van de royalty's in alle andere gevallen.

3. De uitdrukking "royalty's", zoals gebezigd in dit artikel, betekent vergoedingen van welke aard ook voor het gebruik van, of voor het recht van gebruik van, een auteursrecht op een werk op het gebied van letterkunde, kunst of wetenschap (waaronder begrepen bioscoopfilms, films of beeld- en geluidsbanden voor televisie- of radiouitzendingen), een octrooi, een fabrieks- of handelsmerk, een tekening of model, een plan, een geheim recept of een geheime werkwijze, of voor het gebruik van, of voor het recht van gebruik van nijverheids- of handelsuitrusting of wetenschappelijke uitrusting, dan wel voor inlichtingen omtrent ervaringen op het gebied van nijverheid, handel of wetenschap.

4. De bepalingen van het eerste en tweede lid zijn niet van toepassing, indien de uiteindelijk gerechtigde tot de royalty's, die inwoner is van een Overeenkomstsluitende Staat, in de andere Overeenkomstsluitende Staat waaruit de royalty's afkomstig zijn een bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, en het recht of de zaak uit hooft waarvan de royalty's worden betaald, tot het bedrijfsvermogen van die vaste inrichting behoort. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.

5. De bepalingen van het eerste en tweede lid zijn niet van toepassing indien de uiteindelijk gerechtigde tot de interest, die inwoner is van een Overeenkomstsluitende Staat, in de andere Overeenkomstsluitende Staat waaruit de interest afkomstig is een bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, en de vordering uit hoofde waarvan de interest wordt betaald, tot het bedrijfsvermogen van die vaste inrichting behoort. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.

6. De beperking van de belastingtarieven zoals bedoeld in het tweede lid is niet van toepassing op interest die afkomstig is uit een Overeenkomstsluitende Staat en die wordt betaald aan een vaste inrichting van een onderneming van de andere Overeenkomstsluitende Staat die is gevestigd in een derde Staat.

7. Interest wordt geacht uit een Overeenkomstsluitende Staat afkomstig te zijn, indien zij wordt betaald door die Staat zelf, door een staatkundig onderdeel, door een plaatselijk publiekrechtelijk lichaam of door een inwoner van die Staat. Indien evenwel de persoon die de interest betaalt, of hij inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat is of niet, in een Overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting heeft, waarvoor de schuld ter zake waarvan de interest wordt betaald, was aangegaan, en deze interest ten laste komt van die vaste inrichting, wordt deze interest geacht afkomstig te zijn uit de Staat waar de vaste inrichting is gevestigd.

8. Indien, wegens een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de uiteindelijk gerechtigde of tussen hen beiden en een derde, het bedrag van de betaalde interest, gelet op de schuldvordering ter zake waarvan deze wordt betaald, hoger is dan het bedrag dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de uiteindelijk gerechtigde zou zijn overeengekomen, zijn de bepalingen van dit artikel slechts op het laatstbedoelde bedrag van toepassing. In dat geval blijft het daarboven uitgaande deel van het betaalde bedrag belastbaar overeenkomstig de wetgeving van elk van de Overeenkomstsluitende Staten, zulks met inachtneming van de overige bepalingen van deze Overeenkomst.

5. Royalty's worden geacht uit een Overeenkomstsluitende Staat afkomstig te zijn, indien zij worden betaald door die Staat zelf, door een staatkundig onderdeel, door een plaatselijk publiekrechtelijk lichaam of door een inwoner van die Staat. Indien evenwel de persoon die de royalty's betaalt, of hij inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat is of niet, in een Overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting heeft waarvoor de verplichting tot het betalen van de royalty's was aangegaan, en deze royalty's ten laste komen van die vaste inrichting, worden deze royalty's geacht afkomstig te zijn uit de Staat waar de vaste inrichting is gevestigd.

6. Indien, wegens een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de uiteindelijk gerechtigde of tussen hen beiden en een derde, het bedrag van de royalty's, gelet op het gebruik, het recht of de inlichtingen waarvoor zij worden betaald, hoger is dan het bedrag dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de uiteindelijk gerechtigde zou zijn overeengekomen, zijn de bepalingen van dit artikel slechts op het laatstbedoelde bedrag van toepassing. In dat geval blijft het daarboven uitgaande deel van het betaalde bedrag belastbaar overeenkomstig de wetgeving van elk van de Overeenkomstsluitende Staten, zulks met inachtneming van de overige bepalingen van deze Overeenkomst.

7. De beperking van het belastingtarief zoals bedoeld in het tweede lid, onderdeel b, van dit artikel is niet van toepassing op royalty's die worden betaald voor het einde van het eerste kalenderjaar dat volgt op het jaar van ondertekening van deze Overeenkomst, indien die royalty's worden betaald aan een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat die onmiddellijk of middellijk ten minste 50 percent van het stemgerechtigde kapitaal in het lichaam dat de royalty's betaalt, bezit.

Artikel 13

VERMOGENSWINSTEN

1. Voordelen verkregen door een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat uit de vervreemding van onroerende goederen, zoals bedoeld in artikel 6 en die zijn gelegen in de andere Overeenkomstsluitende Staat mogen in die andere Staat worden belast.

2. Voordelen verkregen uit de vervreemding van roerende zaken die deel uitmaken van het bedrijfsvermogen van een vaste inrichting die een onderneming van een Overeenkomstsluitende Staat in de andere Overeenkomstsluitende Staat heeft, waaronder begrepen voordelen verkregen uit de vervreemding van de vaste inrichting (alleen of met de gehele onderneming), mogen in die andere Staat worden belast. Voordelen verkregen uit de vervreemding van schepen of luchtvaartuigen die in internationaal verkeer worden geëxploiteerd of van roerende zaken die worden gebruikt bij de exploitatie van deze schepen of luchtvaartuigen, zijn evenwel slechts belastbaar in de Overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

3. Voordelen verkregen uit de vervreemding van alle andere zaken dan die bedoeld in het eerste en tweede lid mogen in beide Overeenkomstsluitende Staten worden belast.

Artikel 14

ZELFSTANDIGE ARBEID

1. Voordelen verkregen door een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat in de uitoefening van een vrij beroep of ter zake van andere werkzaamheden van zelfstandige aard zijn slechts in die Staat belastbaar, tenzij de beloning voor die werkzaamheden wordt betaald door een lichaam dat inwoner is van de andere Overeenkomstsluitende Staat of ten laste komt van een aldaar gevestigde vaste inrichting. In dat geval mogen de voordelen in die andere Staat worden belast.

2. De uitdrukking "vrij beroep" omvat in het bijzonder zelfstandige werkzaamheden op het gebied van wetenschap, techniek, letterkunde, kunst, opvoeding of onderwijs, alsmede de zelfstandige werkzaamheden van artsen, advocaten, technici, architecten, tandartsen en accountants.

Artikel 15

NIET-ZELFSTANDIGE ARBEID

1. Onder voorbehoud van de bepalingen van de artikelen 16, 18, 19 en 20 zijn salarissen, lonen en andere soortgelijke beloningen verkregen door een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat ter zake van een dienstbetrekking slechts in die Staat belastbaar, tenzij de

dienstbetrekking in de andere Overeenkomstsluitende Staat wordt uitgeoefend. Indien de dienstbetrekking aldaar wordt uitgeoefend, mag de ter zake daarvan verkregen beloning in die andere Staat worden belast.

2. Niettegenstaande de bepalingen van het eerste lid is de beloning verkregen door een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat ter zake van een in de andere Overeenkomstsluitende Staat uitgeoefende dienstbetrekking slechts in de eerstbedoelde Staat belastbaar, indien:

- a) de genierter in de andere Staat verblijft gedurende een tijdvak of tijdvakken, die in het desbetreffende belastingjaar een totaal van 183 dagen niet te boven gaan, en
- b) de beloning wordt betaald door of namens een werkgever die geen inwoner van de andere Staat is, en
- c) de beloning niet ten laste komt van een vaste inrichting die de werkgever in de andere Staat heeft.

3. Niettegenstaande de voorgaande bepalingen van dit artikel mag de beloning verkregen ter zake van een dienstbetrekking uitgeoefend aan boord van een schip of luchtvaartuig dat in internationaal verkeer wordt geëxploiteerd, worden belast in de Overeenkomstsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

Artikel 16

DIRECTEURSBELONINGEN

Directeursbeloningen en andere regelmatige betalingen verkregen door een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat in zijn hoedanigheid van lid van de raad van beheer of een andere raad van een lichaam dat inwoner is van de andere Overeenkomstsluitende Staat, mogen in die andere Staat worden belast.

Artikel 17

ARTIESTEN EN SPORTBEOEFENAARS

1. Niettegenstaande de bepalingen van de artikelen 14 en 15, mogen voordelen of inkomsten, verkregen door een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat als artiest, zoals een toneelspeler, film-, radio-, of televisie-artiest of een musicus, of als sportbeoefenaar, uit zijn persoonlijke werkzaamheden als zodanig die worden verricht in de andere Overeenkomstsluitende Staat, worden belast in die andere Staat.

2. Indien voordelen of inkomsten ter zake van persoonlijke werkzaamheden die door een artiest of een sportbeoefenaar in die hoedanigheid worden verricht, niet aan de artiest of sportbeoefenaar zelf toekomen, maar aan een andere persoon, mogen die voordelen of inkomsten, niettegenstaande de bepalingen van de artikelen 7, 14 en 15, worden belast in de Overeenkomstsluitende Staat waar de werkzaamheden van de artiest of sportbeoefenaar worden verricht.

Artikel 18

PENSIOENEN

1. Onder voorbehoud van de bepalingen van artikel 19, tweede lid, zijn pensioenen en andere soortgelijke beloningen ter zake van een vroegere dienstbetrekking die een bedrag dat overeenkomt met 5000 Amerikaanse dollars per kalenderjaar niet overschrijden alsmede lijfrenten of alimentaties betaald aan een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat, slechts in die Staat belastbaar. Het bedrag van deze beloningen dat de hiervoor bedoelde grens te boven gaat mag ook in de andere Overeenkomstsluitende Staat worden belast indien zij uit die Staat worden verkregen.

2. De uitdrukking "lijfrente" betekent een vaste som, periodiek betaalbaar op vaste tijdstippen gedurende het leven of gedurende een vastgesteld of voor vaststelling vatbaar tijdvak, ingevolge een verbintenis tot het doen van betalingen, welke tegenover een voldoende en volledige tegenprestatie in geld of geldswaarde staat.

3. Betalingen krachtens de bepalingen van een sociaal zekerheidsstelsel van een Overeenkomstsluitende Staat aan een inwoner van de andere Overeenkomstsluitende Staat, zijn slechts in de eerstbedoelde

Artikel 19

OVERHEIDSBETALINGEN

1. a) Beloningen, niet zijnde pensioenen, betaald door een Overeenkomstsluitende Staat of een staatkundig onderdeel of een plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan aan een natuurlijke persoon ter zake van diensten bewezen aan die Staat of dat onderdeel of dat publiekrechtelijke lichaam, zijn slechts in die Staat belastbaar.

b) Deze beloningen zijn echter slechts in de andere Overeenkomstsluitende Staat belastbaar, indien de diensten in die andere Staat worden bewezen en de natuurlijke persoon inwoner is van die Staat, die:

1. onderdaan is van die Staat; of
2. niet uitsluitend voor het verrichten van de diensten inwoner van die Staat werd.

2. a) Pensioenen, betaald door, of uit fondsen in het leven geroepen door, een Overeenkomstsluitende Staat of een staatkundig onderdeel of een plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan aan een natuurlijke persoon ter zake van diensten bewezen aan die Staat of dat onderdeel of dat publiekrechtelijk lichaam, zijn slechts in die Staat belastbaar.

b) Deze pensioenen zijn echter slechts in de andere Overeenkomstsluitende Staat belastbaar, indien de natuurlijke persoon inwoner en onderdaan is van die andere Staat.

3. De bepalingen van de artikelen 15, 16 en 18 zijn van toepassing op beloningen en pensioenen ter zake van diensten, bewezen in het kader van een op winst gericht bedrijf, uitgeoefend door een Overeenkomstsluitende Staat of een staatkundig onderdeel of een plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan.

Artikel 20

HOOGLERAREN EN ANDERE DOCENTEN

1. Betalingen die een hoogleraar of andere docent die inwoner is van een Overeenkomstsluitende Staat en die tijdelijk in de andere Overeenkomstsluitende Staat verblijft met het doel gedurende een tijdvak van ten hoogste twee jaren onderwijs te geven of zich met wetenschappelijk onderzoek bezig te houden aan een universiteit, hogeschool of andere inrichting voor onderwijs of wetenschappelijk onderzoek in die andere Staat, voor dat onderwijs of dat onderzoek ontvangt, worden in de laatstbedoelde Staat niet belast mits de betalingen worden ontvangen uit de eerstbedoelde Staat of van een persoon die inwoner is van de eerstbedoelde Staat.

2. Dit artikel is niet van toepassing op inkomsten uit het verrichten van wetenschappelijk onderzoek, indien dit onderzoek niet wordt verricht in het algemeen belang, maar in de eerste plaats voor het persoonlijke nut van een bepaalde persoon of bepaalde personen.

Artikel 21

STUDENTEN

Betalingen die een student of een voor een beroep of bedrijf in opleiding zijnde persoon, die inwoner is of onmiddellijk voorafgaande aan zijn bezoek aan een van de Overeenkomstsluitende Staten, inwoner was van de andere Staat en die uitsluitend voor zijn studie of opleiding in de eerstbedoelde Staat verblijft, ontvangt ten behoeve van zijn onderhoud, studie of opleiding, worden in die Staat niet belast, mits deze betalingen aan hem worden gedaan uit bronnen buiten die Staat.

Artikel 22

OVERIGE INKOMSTEN

Bestanddelen van het inkomen van een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat die afkomstig zijn uit de andere Overeenkomstsluitende Staat en die niet in de voorgaande artikelen van deze Overeenkomst zijn behandeld, mogen in die andere Staat worden belast.

HOOFDSTUK IV

VERMIJDING VAN DUBBELE BELASTING

Artikel 23

VERMIJDING VAN DUBBELE BELASTING

1. Nederland is bevoegd bij het heffen van belasting van zijn inwoners in de grondslag waarnaar de belasting wordt geheven, de bestanddelen van het inkomen te begrijpen die overeenkomstig de bepalingen van deze Overeenkomst in Brazilië mogen worden belast.

2. Indien echter een inwoner van Nederland bestanddelen van het inkomen verkrijgt die volgens artikel 6, artikel 7, artikel 10, vierde lid, artikel 11, vijfde lid, artikel 12, vierde lid, artikel 13, eerste en tweede lid, artikel 14, artikel 15, artikel 16, en artikel 19 van deze Overeenkomst in Brazilië mogen worden belast en die in de in het eerste lid bedoelde grondslag zijn begrepen, stelt Nederland, onder voorbehoud van de bepalingen betreffende wijze van toepassing, waaronder begrepen de bepalingen betreffende de verliescompensatie, in zijn eenzijdige voorschriften tot het vermijden van dubbele belasting, die bestanddelen vrij van belasting overeenkomstig de hiervoor genoemde bepalingen van deze Overeenkomst.

3. Nederland verleent voorts een aftrek op de aldus berekende Nederlandse belasting voor die bestanddelen van het inkomen die volgens artikel 10, tweede lid, artikel 11, tweede lid, artikel 12, tweede lid, artikel 13, derde lid, artikel 17, artikel 18, eerste lid, en artikel 22 van deze Overeenkomst in Brazilië mogen worden belast, in zoverre deze bestanddelen in de in het eerste lid bedoelde grondslag zijn begrepen. Het bedrag van deze aftrek is gelijk aan de in Brazilië over deze bestanddelen van het inkomen betaalde belasting, maar bedraagt niet meer dan het bedrag van de vermindering die zou zijn verleend indien de aldus in het inkomen begrepen bestanddelen van het inkomen de enige bestanddelen van het inkomen zouden zijn geweest die uit hoofde van de bepalingen in de Nederlandse wetgeving tot het vermijden van dubbele belasting van Nederlandse belasting zijn vrijgesteld.

4. Voor de toepassing van het derde lid wordt de in Brazilië betaalde belasting geacht te bedragen:

- a) met betrekking tot dividenden als bedoeld in artikel 10, tweede lid, 25 percent van die dividenden indien zij worden betaald aan een Nederlands lichaam dat ten minste 10 percent van het stemgerechtigde kapitaal in het Braziliaanse lichaam bezit, en 20 percent in alle andere gevallen,
- b) met betrekking tot interest als bedoeld in artikel 11, tweede lid, 20 percent van die interest.
- c) met betrekking tot royalty's als bedoeld in artikel 12, tweede lid, onderdeel b, 25 percent van die royalty's indien zij worden betaald aan een Nederlands lichaam dat onmiddellijk of middellijk ten minste 50 percent van het stemgerechtigde kapitaal in een Braziliaans lichaam bezit, mits die royalty's niet aftrekbaar zijn bij de bepaling van het belastbare inkomen van het lichaam dat de royalty's betaalt, en 20 percent in alle andere gevallen.

5. Indien een inwoner van Brazilië inkomsten verkrijgt die overeenkomstig de bepalingen van deze Overeenkomst in Nederland mogen worden belast, verleent Brazilië een vermindering van de belasting over het inkomen van die persoon tot een bedrag dat gelijk is aan de in Nederland betaalde belasting naar het inkomen. Deze vermindering overschrijdt evenwel niet dat deel van de belasting, zoals deze is berekend vóór het verlenen van de vermindering, dat kan worden toegerekend aan de inkomsten die in Nederland mogen worden belast.

HOOFDSTUK V

BIJZONDERE BEPALINGEN

Artikel 24

NON-DISCRIMINATIE

1. Onderdanen van een Overeenkomstsluitende Staat worden in de andere Overeenkomstsluitende Staat niet aan enige belastingheffing of daarmee verband houdende verplichting onderworpen, die anders of zwaarder is dan de belastingheffing en daarmee verband houdende verplichtingen, waaraan onderdanen van die andere Staat onder dezelfde omstandigheden zijn of kunnen worden onderworpen.

2. De belastingheffing van een vaste inrichting die een onderneming van een Overeenkomstsluitende Staat in de andere Overeenkomstsluitende Staat heeft, is in die andere Staat niet ongunstiger dan de belastingheffing van ondernemingen van die andere Staat die dezelfde werkzaamheden uitoefenen. Deze bepaling mag niet aldus worden uitgelegd, dat zij een Overeenkomstsluitende Staat verplicht aan inwoners van de andere Overeenkomstsluitende Staat bij de belastingheffing de persoonlijke aftrekken, tegemoetkomingen en verminderingen uit hoofde van de samenstelling van het gezin of gezinslasten te verlenen, die eerstbedoelde Staat aan zijn eigen inwoners verleent.

3. Ondernemingen van een Overeenkomstsluitende Staat, waarvan het kapitaal geheel of ten dele, onmiddellijk of middellijk, in het bezit is van of wordt beheerst door een of meer inwoners van de andere Overeenkomstsluitende Staat, worden in de eerstbedoelde Staat niet aan enige belastingheffing of daarmee verband houdende verplichting onderworpen, die anders of zwaarder is dan de belastingheffing en daarmee verband houdende verplichtingen, waaraan andere, soortgelijke ondernemingen van de eerstbedoelde Staat zijn of kunnen worden onderworpen.

4. In dit artikel ziet de uitdrukking "belastingheffing" op belastingen waarop deze Overeenkomst van toepassing is.

Artikel 25

REGELING VOOR ONDERLING OVERLEG

1. Indien een inwoner van een Overeenkomstsluitende Staat van oordeel is dat de maatregelen van een van de Overeenkomstsluitende Staten of van beide Overeenkomstsluitende Staten voor hem leiden of zullen leiden tot een belastingheffing die niet in overeenstemming is met de bepalingen van deze Overeenkomst, kan hij, ongeacht de rechtsmiddelen waarin de nationale wetgeving van die Staten voorziet, zijn geval voorleggen aan de bevoegde autoriteit van de Overeenkomstsluitende Staat waarvan hij inwoner is. Het geval moet worden voorgelegd binnen vijf jaren nadat de maatregel die leidt tot een belastingheffing die niet in overeenstemming is met de bepalingen van de Overeenkomst, voor het eerst te zijner kennis is gebracht.

2. De bevoegde autoriteit tracht, indien het bezwaar haar gegrond voorkomt en indien zij niet zelf in staat is tot een bevredigende oplossing te komen, de aangelegenheid in onderlinge overeenstemming met de bevoegde autoriteit van de andere Overeenkomstsluitende Staat te regelen ten einde een belastingheffing die niet in overeenstemming is met de Overeenkomst, te vermijden.

3. De bevoegde autoriteiten van de Overeenkomstsluitende Staten trachten moeilijkheden of twijfelpunten die mochten rijzen met betrekking tot de uitlegging of de toepassing van de Overeenkomst, waaronder begrepen artikel 9 van de Overeenkomst, in onderlinge overeenstemming op te lossen.

4. De bevoegde autoriteiten van de Overeenkomstsluitende Staten kunnen zich rechtstreeks met elkaar in verbinding stellen ten einde een overeenstemming als bedoeld in de voorgaande leden te bereiken.

Artikel 26

UITWISSELING VAN INLICHTINGEN

1. De bevoegde autoriteiten van de Overeenkomstsluitende Staten wisselen die inlichtingen uit die nodig zijn voor de uitvoering van de bepalingen van deze Overeenkomst. Alle door een Overeenkomstsluitende Staat ontvangen inlichtingen worden geheim gehouden en worden alleen ter kennis gebracht van personen of autoriteiten (waaronder begrepen rechterlijke instanties) die betrokken zijn bij de vaststelling of

invordering van de belastingen waarop de Overeenkomst van toepassing is, of bij de strafvervolgning of de beslissing in daarop betrekking hebbende beroepszaken.

2. In geen geval worden de bepalingen van het eerste lid zo uitgelegd dat zij een Overeenkomstsluitende Staat de verplichting opleggen:

- a) administratieve maatregelen te nemen die in strijd zijn met de wetgeving of de administratieve praktijk van die of van de andere Overeenkomstsluitende Staat;
- b) inlichtingen te verstrekken die niet verkrijgbaar zijn volgens de wetgeving of in de normale gang van zaken in de administratie van die of van de andere Overeenkomstsluitende Staat;
- c) inlichtingen te verstrekken die een handels-, bedrijfs-, nijverheids-, of beroepsgeheim of een fabrieks- of handelswerkwijze zouden onthullen, dan wel inlichtingen waarvan het verstrekken in strijd zou zijn met de openbare orde.

Artikel 27

DIPLOMATIEKE EN CONSULAIRE AMBTENAREN

De bepalingen van deze Overeenkomst tasten in geen enkel opzicht de fiscale voorrechten aan die diplomatieke of consulaire ambtenaren ontleen aan de algemene regels van het volkenrecht of aan de bepalingen van bijzondere overeenkomsten.

HOOFDSTUK VI

SLOTBEPALINGEN

Artikel 28

INWERKINGTREDING

1. Deze Overeenkomst dient te worden bekrachtigd en de akten van bekrachtiging dienen zo spoedig mogelijk te worden uitgewisseld.

2. Deze Overeenkomst treedt in werking op het tijdstip van de uitwisseling van de akten van bekrachtiging en de bepalingen ervan vinden voor het eerst toepassing:

- a) wat betreft aan de bron ingehouden belastingen, op bedragen betaald of betaalbaar gesteld op of na 1 januari van het kalenderjaar dat onmiddellijk volgt op het kalenderjaar waarin de Overeenkomst in werking treedt;
- b) wat betreft andere belastingen waarop de Overeenkomst van toepassing is, voor het belastingjaar dat aanvangt op of na 1 januari van het kalenderjaar dat onmiddellijk volgt op het kalenderjaar waarin de Overeenkomst in werking treedt.

Artikel 29

BEEINDIGING

Elk van de Overeenkomstsluitende Staten kan deze Overeenkomst na een periode van vijf jaar na de datum van inwerkingtreding van de Overeenkomst, beëindigen door langs diplomatieke weg aan de andere Overeenkomstsluitende Staat een schriftelijke kennisgeving van beëindiging te doen toekomen, met dien verstande dat een zodanige kennisgeving slechts wordt gedaan op of vóór 30 juni van een kalenderjaar.

In dat geval vindt de Overeenkomst voor het laatst toepassing:

- a) wat betreft aan de bron ingehouden belastingen, op bedragen betaald of betaalbaar gesteld voor het einde van het kalenderjaar waarin de kennisgeving van beëindiging is gedaan;
- b) wat betreft andere belastingen waarop de Overeenkomst van toepassing is, op bedragen ontvangen gedurende het belastingjaar dat aanvangt in het kalenderjaar waarin de kennisgeving van beëindiging is gedaan.

TEN BLIJKE WAARVAN de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd, deze Overeenkomst hebben ondertekend en er hun zegel aan hebben gehecht.

GEDAAN in tweevoud te Brasília, de achtste maart negentienhonderdnegentig, in de Portugese, de Nederlandse en de Engelse taal, zijnde de drie teksten gelijkelijk authentiek. Bij een verschillende uitleg is de Engelse tekst beslissend.

Voor de Regering van de
Federatieve Republiek Brazilië,

Voor de Regering van het
Koninkrijk der Nederlanden,

Protocol

Bij de ondertekening van de Overeenkomst tussen de Federatieve Republiek Brazilië en het Koninkrijk der Nederlanden tot het vermijden van dubbele belasting en het voorkomen van het ontgaan van belasting met betrekking tot belastingen naar het inkomen hebben de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd, overeenstemming bereikt over de volgende bepalingen die een integrerend deel van de Overeenkomst vormen.

1. Ad artikel 7

Het is wel verstaan dat de bepalingen van artikel 7, derde lid, van toepassing zijn ongeacht of de aldaar bedoelde kosten zijn gemaakt in de Overeenkomstsluitende Staat waar de vaste inrichting is gevestigd of elders.

2. Ad artikelen 10, 11 en 12

a) Indien aan de bron de belasting is geheven die het belastingbedrag dat ingevolge de bepalingen van artikel 10, 11 of 12 mag worden geheven te boven gaat, moeten verzoeken om teruggaaf van het daarboven uitgaande belastingbedrag worden ingediend bij de bevoegde autoriteit van de Overeenkomstsluitende Staat die de belasting heeft geheven, binnen een tijdvak van vijf jaar na het einde van het kalenderjaar waarin de belasting is geheven.

b) De bevoegde autoriteit van een Overeenkomstsluitende Staat kan de wijze van toepassing van de artikelen 10, 11 en 12 regelen.

3. Ad artikelen 10 en 23

Het is wel verstaan dat de waarde van aandelen, die worden uitgegeven door een rechtspersoon van een Overeenkomstsluitende Staat en die worden ontvangen door een inwoner van de andere Overeenkomstsluitende Staat in geen van de Overeenkomstsluitende Staten als inkomen aan de belastingheffing wordt onderworpen.

4. Ad artikel 11

a) Het is wel verstaan dat provisies betaald door een inwoner van Brazilië aan een bank of financiële instelling in verband met door die bank of financiële instelling verleende diensten worden beschouwd als interest en worden behandeld overeenkomstig de bepalingen van artikel 11, tweede of derde lid.

b) Wat artikel 11, derde lid, betreft, kunnen de bevoegde autoriteiten in onderlinge overeenstemming vaststellen op welke andere overheidsinstellingen deze bepaling van toepassing is.

5. Ad artikel 12, derde lid

Het is wel verstaan dat de bepalingen van artikel 12, derde lid, van toepassing zijn op vergoedingen van welke aard ook voor het verlenen van technische bijstand en technische diensten.

6. Ad artikel 19

Het is wel verstaan dat de bepalingen van artikel 19, eerste lid, onderdeel a, en tweede lid, onderdeel a, Nederland niet beletten de bepalingen van artikel 23, eerste en tweede lid, van de Overeenkomst toe te passen.

7. Ad artikel 24, tweede lid

Het is wel verstaan dat de bepalingen van artikel 10, vijfde lid, niet in strijd zijn met de bepalingen van artikel 24, tweede lid.

8. Ad artikel 24, derde lid

Het is wel verstaan dat:

a) de bepalingen van de Braziliaanse wetgeving, ingevolge welke royalty's, als omschreven in artikel 12, derde lid, en die worden betaald door een lichaam dat inwoner is van Brazilië aan een inwoner van Nederland die ten minste 50 percent van het stemgerechtigde kapitaal in dat lichaam bezit, niet aftrekbaar zijn bij het bepalen van het belastbare inkomen van het lichaam dat inwoner is van Brazilië, niet in strijd zijn met de bepalingen van artikel 24,

- b) ingeval Brazilië, na de ondertekening van de onderhavige Overeenkomst, hetzij in haar nationale wetgeving, hetzij in een belastingovereenkomst, zou toestaan dat royalty's die worden betaald door een onderneming die inwoner is van Brazilië aan een onderneming die inwoner is van een derde Staat, die niet gelegen is in Latijns-Amerika, en die ten minste 50 percent van het stemgerechtigde kapitaal bezit in de onderneming die inwoner is van Brazilië, aftrekbaar zijn bij het bepalen van het belastbare inkomen van deze onderneming, is onder soortgelijke omstandigheden eenzelfde aftrek automatisch van toepassing voor een onderneming die inwoner is van Brazilië en die royalty's betaalt aan een onderneming die inwoner is van Nederland.

TEN BLIJKE WAARVAN de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd, dit Protocol hebben ondertekend en er hun zegel aan hebben gehecht.

GEDAAN in tweevoud te Brasília, de achtste maart negentienhonderdnegentig, in de Portugese, de Nederlandse en de Engelse taal, zijnde de drie teksten gelijkelijk authentiek. Bij een verschillende uitleg is de Engelse tekst beslissend.

Voor de Regering van de
Federatieve Republiek Brazilië,

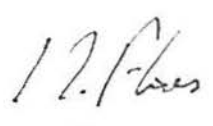
Voor de Regering van het
Koninkrijk der Nederlanden,

TEN BLIJKE WAARVAN de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd, dit Protocol hebben ondertekend en er hun zegel aan hebben gehecht.

GEDAAN in tweevoud te Brasília, de achtste maart negentienhonderdnegentig, in de Portugese, de Nederlandse en de Engelse taal, zijnde de drie teksten gelijkelijk authentiek. Bij een verschillende uitleg is de Engelse tekst beslissend.



Voor de Regering van de
Federatieve Republiek Brazilië,



Voor de Regering van het
Koninkrijk der Nederlanden,